

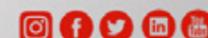
Relatório de Contas

Relativo ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2017





Africa's Global Bank



Sobre UBA

UBA – United Bank for Africa, é um banco comercial pan-africano com operações em 20 países africanos e nas principais praças financeiras, como Nova Iorque, Londres e Paris. Em Moçambique, o grupo iniciou as suas actividades em 2010 e conta actualmente com 3 Agências, em Maputo e Nampula e mais de 100 colaboradores.

UBA foi criado na Nigéria como sociedade limitada depois de uma aquisição das acções da British and French Bank Limited, o qual vinha operando na Nigéria desde 1949. O UBA fundiu-se com o Standard Trust Bank em 2005 e, de operações de um único país iniciadas em 1949 na Nigéria, a maior economia da África, UBA tornou-se um dos maiores provedores de serviços bancários e outros serviços financeiros do continente africano. O banco providência serviços a cerca de 14 milhões de clientes mundialmente, através de um dos mais diversificados canais de serviços na África Sub-Sahariana com mais de 1,000 balcões e centros de negócios e uma plataforma robusta de banca digital e móvel.

O Grupo UBA Plc, um dos maiores grupos financeiros de África, tem activos totais de mais de US\$13.5 biliões, fundos próprios de US \$ 1,6 biliões e um excesso de liquidez de cerca de 45%. No ano passado o Grupo UBA plc gerou resultados líquidos de mais de USD1.5 biliões, fruto de um crescimento substancial de quota de mercado nos vários mercados em que opera.

Situação macroeconómica

Economia mundial

Os mercados globais de acções avançaram em 2017, com o índice MSCI de bolsas em 47 países subindo 22% e quase US\$ 9 trilhões (£ 6,6 trilhões), segundo a Reuters. Isso foi impulsionado por um boom de crescimento entre os países desenvolvidos e pelo plano de Donald Trump de cortar as taxas de impostos corporativos nos EUA - o que deve impulsionar os lucros das empresas na maior economia do mundo e os retornos aos acionistas. A China conseguiu manter sua taxa de expansão, dissipando os temores sobre uma potencial desaceleração acentuada, enquanto ela amadurece após décadas de crescimento rápido, no entanto a zona euro também encenou uma recuperação após anos de incerteza. Na Grã-Bretanha, o FTSE 100, repleto de empresas que obtêm grande parte de seu lucro com operações em moedas estrangeiras, cresceu como resultado de um crescimento global mais forte e do enfraquecimento do GBP desde o voto do Brexit. Persistem os receios de colapso do comércio devido ao crescente protecionismo nos EUA e na Europa.

Os preços do petróleo recuperaram significativamente ao nível global em 2017, beneficiando-se da crescente procura por parte de fábricas ao redor do mundo, particularmente na China, em meio a um boom na atividade económica. Após o grande incidente no final de 2015 que desestabilizou os mercados globais, este ano foi de ganhos calmos e estáveis. A Opec reprimiu a produção para conter a oferta, entretanto não houve grandes escaladas em tensões que elevasse o preço a níveis insustentáveis.

2017 cairá como o ano da criptomoeda. A ascensão do bitcoin foi meteórica, começando o ano avaliado em cerca de US\$ 1.000 e chegando a quase US\$ 20.000 nos meados de Dezembro.

Para a África, o crescimento da produção real recuperou em 2017. Muitas economias africanas estão em melhor posição para lidar com as duras condições externas do que nas duas últimas décadas. As condições globais diminuíram ligeiramente desde meados de 2016, melhorando as perspectivas para a África, mas os países da região ainda enfrentam grandes desafios macroeconómicos. Após um morno crescimento anual de 2,2% em 2016, o PIB real médio recuperou-se, atingindo 3,6% em 2017. A projecção é de que cresça em 4,1% ao ano de 2018 à 2019.

A África oriental continua a ser a sub-região de crescimento mais rápido na África, com crescimento estimado de 5,6% em 2017, acima dos 4,9% em 2016. O crescimento deverá permanecer dinâmico, atingindo 5,9% em 2018 e 6,1% em 2019. O forte crescimento é generalizado na sub-região, com muitos países (Djibuti, Etiópia, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda) crescendo 5% ou mais.

O crescimento na África Austral quase duplicou em 2017, para 1,6 por cento, face a 0,9 por cento em 2016. A melhoria reflecte um melhor desempenho dos três principais exportadores de produtos: a África do Sul, que duplicou o seu crescimento (ainda baixa, 0,6 por cento); Angola, onde a produção cresceu 2,1%; e Zâmbia, que cresceu 4,1 por cento. Os três países representaram cerca de 1 ponto percentual da taxa de crescimento de África.

Na África Ocidental, apoiada pelo aumento da produção de petróleo e crescimento da produção agrícola, espera-se que a Nigéria consolide os ganhos obtidos em 2017. Como resultado, o crescimento na África Ocidental deverá acelerar em 3,6% em 2018 e 3,8% em 2019. Outros grandes países responsáveis pela expansão incluem a Costa do Marfim, Gana e Senegal; países menores (Benin, Burkina Faso, Serra Leoa e Togo) também deverão apresentar taxas de crescimento na ordem dos 5% ou mais.

A região da África Central continuou a ter um desempenho inferior, mesmo com a recuperação dos preços do petróleo. A produção se contraiu acentuadamente na República do Congo (-4,0%) e Guiné Equatorial (-7,3%), reduzindo o crescimento geral da região para 0,9% em 2017. A recuperação moderada na

República do Congo impulsionará o crescimento na região, espera-se que atinja 2,6 por cento em 2018 e 3,4 por cento em 2019, respectivamente.

As condições macroeconómicas deterioraram-se acentuadamente, estimuladas em grande parte pela queda nas receitas do petróleo.

A inflação subiu para quase 10 por cento na África Oriental, alimentada por um aumento nos preços dos alimentos, especialmente no Quênia, onde os efeitos da seca reduziram a colheita de milho, causando escassez crônica dos alimentos básicos. As pressões inflacionárias elevaram o custo de vida nos países afetados. Os gastos governamentais também subiram, ampliando as necessidades de financiamento e ampliando os déficits fiscais.

A África como um todo viu o crescimento cair abaixo da média global em 2016; em 2017, cresceu aproximadamente à mesma taxa que a economia global. Mas como o crescimento populacional é maior do que na maioria das outras regiões, o crescimento per capita situou-se abaixo da média mundial. O aumento contínuo do preço do petróleo - de uma média de US \$ 44 por barril em 2016 para mais de US \$ 50 por barril em 2017 - proporcionou alívio tanto para os orçamentos do governo quanto para as contas correntes.

O défice fiscal entre os exportadores de petróleo foi de 6,7% do PIB em 2017, maior do que nos países importadores líquidos de petróleo, onde a média foi de 4,6% do PIB. Prevê-se que o défice fiscal médio em África atinja 4,5% do PIB em 2018-19. Esta redução reflete ganhos nos países exportadores líquidos de petróleo, onde o défice deverá cair para uma média de 4,7% do PIB em 2018-19, abaixo dos 6,7% em 2017. Para conter o aumento nos níveis da dívida, uma maior consolidação fiscal será necessária, em especial a redução das despesas recorrentes.

Economia Moçambicana

A economia moçambicana mostrou alguns sinais de recuperação após um difícil 2016, que viu uma forte desaceleração do crescimento e choques para a moeda nacional assim como para a inflação. A economia registrou um crescimento de 3,7% em 2017, e isso é atribuível ao aumento dos preços das commodities. A taxa de inflação em 2017 foi de 15,1% e foi muito inferior aos 19,5% registados em 2016.

A política monetária restritiva gerou uma apreciação considerável da moeda nacional em 2017, diminuindo em certa medida o peso exorbitante da dívida do país e favorecendo consequentemente o consumo privado. O Metical, que estava em cerca de MZN71,35 para um dólar americano em Dezembro de 2016, fechou em MZN59,02 em 2017.

As negociações para reestruturar a dívida existente renderam poucos resultados, e uma solução continua longe de ser alcançada. Moçambique precisa chegar a um acordo com o FMI para um programa de resgate, mas o Fundo não avançará até que o país assuma as responsabilidades pelos empréstimos concedidos entre 2013 e 2014. Atrasos nas negociações de reestruturação da dívida impactam negativamente o investimento, bem como pioram a crise de liquidez em moeda estrangeira.

Estrutura Legal

United Bank for Africa Moçambique, S.A foi constituído em Moçambique em 2009 como uma Sociedade Anónima e iniciou as operações aos 22 de Novembro de 2010. UBA Moçambique é uma sociedade de direito moçambicano, constituída sob a forma de instituição de crédito, com sede em Maputo, com sede na Praça 16 de Junho nr 312, Segundo andar em Maputo.

Actividades de Negócio

United Bank for Africa Moçambique, S.A opera no ramo de serviços financeiros e providencia serviços para clientes do segmento Corporate, Sector Público, Banca Comercial e de Retalho, Tesouraria e Sala de Mercados dentre outros.

A nossa estratégia durante o ano de 2017 esteve principalmente focada nas iniciativas de crescimento nas áreas de negócio nas quais o banco opera com destaque nas seguintes:

- **Corporate Banking:** intensificar o nosso papel e presença na banca corporativa com o objectivo de se fazer sentir nas áreas com os maiores níveis de crescimento nos nossos mercados alvo, conjugado com uma presença cada vez mais crescente na cadeia de valor dos nossos clientes corporate.

- **Sector Público:** focar-se nas imensas oportunidades oferecidas pela vasta cadeia de valor dos negócios estátais e ajudar o grupo a expandir as ofertas e quota deste segmento de Mercado.

- **Banca Comercial e de Consumo:** intensificar e penetrar cada vez mais na banca comercial e de consumo durante o ano, com foco nos principais segmentos de clientes tais como assalariados e empresários em nome individual. Na Banca Comercial e de Consumo o banco UBA fornece produtos financeiros inovadores, acessíveis e confiáveis e presta serviços comerciais a nível de retalho, pequenas empresas, grandes empresas locais. O Banco UBA sendo uma banco global, tem estado a investir de forma notória na digitalização das suas plataformas, tendo ao longo do ano 2017 desenvolvido vários produtos que permitirão que os nossos clientes realize suas operações financeiras de forma cómoda, segura e rápida.

- **Tesouraria e Sala de Mercados:** aumentar a quota de Mercado das nossas operações da Sala de Mercados e aumentar a nossa quota de clientes exportadores. Nessa actividade de negócio o banco oferece serviços de operações em moeda estrangeira, produtos de Mercado monetário e produtos de renda fixa.

Resumo das Demonstrações financeiras de 2017 do UBA Moçambique SA:

Em Meticais

Resumo das Demonstrações Financeiras	Dez 17	Dez 16
Juros e Rendimentos Similares	309,011,196	173,198,237
Rendimentos de Serviços e Comissões	13,749,750	16,691,403
Margem Financeira	16,888,041	60,102,219
	339,648,987	249,991,859
Resultado Líquido do exercício	5,253,022	(257,874,058)

Resumo do Balanço

	Dez 17	Dez 16
Caixa e equivalentes a Caixa	230,749,130	423,191,192
Instrumentos Financeiros	2,788,219,949	693,577,433
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35,039,427	37,672,067
Activos Tangíveis	43,999,373	21,090,465
Outros Activos	24,618,435	21,519,293
Total de Activos	3,122,626,314	1,197,050,450
Recursos de Clientes	1,333,137,754	983,114,577
Total de Passivos	1,698,281,338	1,007,117,107
Fundos Próprios	1,424,344,976	189,933,344

O Balanço do banco cresceu em 161% em 2017 e os depósitos de clientes cresceram em 36%. As nossas receitas cresceram igualmente em 36% durante o ano, o que culminou com um resultado positivo. Durante o ano, as receitas do banco foram significativamente impactadas pela qualidade dos créditos uma vez que grande parte dos financiamentos estava em situação de incumprimento e foram abatidos do activo durante o exercício económico de 2017. O cenário que levou aos altos níveis de créditos mal parados foi identificado e mitigado através do actual modelo de gestão de risco o qual contém uma supervisão a tempo real pelo corpo de gestão do banco, um Sistema de gestão dos resultados e monitoria efectiva, sistemas de controle interno efectivos e detalhados, e uma adesão estrita á políticas, procedimentos e limites estabelecidos pelo banco. Podemos categoricamente afirmar que a era dos resultados negativos já terminou.

Os accionistas demonstraram sempre o seu compromisso para com o crescimento e sucesso do Banco através dos seus investimentos ano após ano. Os accionistas injectaram um valor total de US\$20 milhões (MZN1,229,275,000) para aumentar a capacidade do banco participar em operações de grandes valores e com impacto significativo na economia do país. Nessa perspectiva, o banco está actualmente posicionado para mudar a sua posição no Mercado ao mesmo tempo que garantirá o crescimento do valor dos accionistas. Estas pretenções serão alcançadas através da:

1. Diversificação das receitas e crescimento;
2. Extensão da rede através da abertura de balcões em locais estratégicos e expansão dos canais electrónicos;
3. Prestação de serviços financeiros de excelência;
4. Gestão efectiva de recursos e custos;
5. Trabalhando com colaboradores motivados e com altos níveis de produtividade

A medida que movemos para um Mercado de rápidas mudanças, estaremos digitalizando o nosso negócio principal, exploraremos novos mercados e formas de acomodar as necessidades dos clientes. O Banco pretende fazer uso da tecnologia para aumentar a experiência do cliente e oferecer novos produtos. O nosso crescimento será também acelerado através do uso dos nossos principais valores de Empreendedorismo, Excelência e Execução.

Rácios Prudenciais e Financeiros

A tabela abaixo sumariza parte dos rácios prudenciais e financeiros do Banco á 31 de Dezembro de 2017. Os rácios mostram que o banco está de longe acima dos limites regulamentares.

Rácios prudenciais e financeiros	Posição actual	Limite Regulatório
Core tier 1 capital	225%	2%
Tier 1 Capital	224%	4%
Rácio Global	224%	8%
Racio de Liquidez	164%	25%
Capital Social	1,744,712,000	570,000,000
Fundos Próprios	1,424,344,976	570,000,000

O crescimento/melhoria nos rácios deveu-se essencialmente ao aumento do capital recebido dos accionistas durante o ano.

Orgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2017, a composição dos Orgãos Sociais do Banco UBA era a seguinte:

Assembleia Geral

UBA Plc	Presidente
Miguel Mario Moiana	Secretário

Conselho de Administração

Justino Vasco Chone	Presidente Interino
Hélder Chambisse	Administrador Delegado
Emeke Iweriebor	Membro
Franklin Erebor	Membro

Responsabilidades da Gestão

O Conselho de Administração é responsável pela preparação das Demonstrações Financeiras, e apresentação apropriada e verdadeira da Posição Financeira e Demonstração de Resultados do Banco. Ao fazê-lo, O Conselho de Administração assegura:

1. Manter os registos contabilísticos adequados;
2. Seguir as normas contabilísticas aplicáveis;
3. As políticas contabilísticas adequadas são adotadas e aplicadas periodicamente;
4. As estimativas e os julgamentos efectuados são razoáveis e prudentes;
5. O pressuposto de continuidade é tido em consideração, a menos que não seja apropriado presumir que o Banco continuará no negócio; e
6. São instituídos procedimentos de controlo interno que, na medida do possível, salvaguardem os activos do Banco, previnam e detectem fraudes e outras irregularidades.

Audidores

Durante o ano, a Administração nomeou a Deloitte & Touche (Moçambique) Limitada como auditor independente do Banco.

Gestão de risco e controlo interno

Vários riscos são inerentes á actividade bancária, e de um modo geral incluem os riscos de Mercado, liquidez, taxa de juro, crédito, operacionais, tecnológias, de compliance e reputacionais. O Conselho de Administração entende que uma gestão efectiva do risco, que está no cerne do negócio do Banco de criação de valor para Accionistas, tem sido fundamental para o progresso do Banco e é essencial para seu sucesso no futuro.

Para identificar e gerir os riscos, que se encontram geralmente inter-relacionados, o Banco tem sistemas de controle interno que contemplam políticas e procedimentos integrados e compreensivos, assumindo uma natureza quantitativa e qualitativa. Estes procedimentos são revistos, aprovados e supervisionados pelo Conselho de Administração, quer em grupo, quer por delegação. As políticas e sistemas do Banco são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, sistemas fiáveis, tomada de risco apropriada, medição diária ou intra-diária dos riscos, reporte independente e comportamento responsável. As políticas e procedimentos visam igualmente garantir o respeito por, e adesão a, orientações internas, legais e prudenciais concebidas para proteger os interesses dos clientes e dos Accionistas, enquanto preservam e protegem a reputação do Banco.

Como parte dos procedimentos, acima mencionados, de mensuração dos principais riscos inerentes á actividade bancária, o Conselho de Administração incorporou em alguns dos cenários assumidos em testes de esforço componentes adicionais de riscos politicos e sistemáticos. Estes estão sujeitos a uma revisão continua e estão associados a alguns eventos capazes de mudar paradigmas e que podem ter impacto nas práticas de Mercado existentes, regulação ou pressupostos, ou ter impacto directo nos preços e expectativas do mercado, liquidez e crédito. O enquadramento do risco, em termos gerais, reflecte-se (i) na estrutura de Governance, (ii) nas políticas e procedimentos do Banco e (iii) nas pessoas envolvidas directamente nas unidades de controlo de risco, quer individuais quer transversais ao Banco.

Políticas Gerais e Procedimentos

A Administração revê as políticas e procedimentos regularmente, e procura assegurar a sua comunicação de forma clara ao longo de toda a organização, de maneira a criar a base para um ambiente operacional sólido. A natureza da estrutura de governação para o risco e a existência de políticas claras que visam assegurar que os processos associados com quatro passos fundamentais no processo de gestão de risco: a identificação, mensuração, controlo e reporte das exposições de risco a perdas potenciais, estão em conformidade com as melhores práticas bancárias e regulamentares.

Na gestão da exposição a riscos, o Banco pauta-se pelos seguintes princípios básicos:

1. Revisão regular das políticas e procedimentos pelo Conselho de Administração;
2. Definição formal de responsabilidades pela gestão de riscos do Banco;
3. Políticas e procedimentos que permitem supervisão independente;
4. Diversificação de riscos apropriada e revisão formal dos níveis de concentração;
5. Sistemas de mensuração e reporte independente;
6. Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
7. Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

Entre as políticas e procedimentos essenciais incluem-se: (i) a revisão activa das posições do Banco, (ii) mark-to-market diário da maioria dos activos renumerados, (iii) revisão diária ou intra-diária das exposições financeiras e do producto bancário, (iv) revisão diária, e independente, das exposições de crédito, e controle diário dos limites e controlos contabilísticos, (v) reporte independente e diálogo frequente entre as equipes geradoras de receitas e as equipes de controle de risco e funções de suporte; (vi) testes de esforço extensos e realistas e (vii) proximidade do Conselho de Administração ao processo de control de risco e encorranjamento na comunicação rápida do seu aumento.

Quantificação do Risco

Na tomada de decisões e na gestão de risco, o Conselho de Administração aplica o seu julgamento de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorar e medir as exposições. Estes aspectos são discutidos nas secções seguintes e incluem:

- Utilização exhaustiva de cenários de taxas de esforço;
- Limites de risco de Mercado;
- Análises de sensibilidade, em particular a taxas de juro;
- Limites por contraparte família, classe de activos e carteira;
- Limites de concentração;
- Análise quantitativa e procedimentos

A quantificação de risco requer exercícios regulares de auto-avaliação, actualizações nas técnicas e mudanças nos pressupostos, bem como a adesão a normas regulamentares e contabilísticas. Em resultado, o processo é um foco diário do Conselho de Administração, das equipes responsáveis e das áreas de suporte. Assume-se como parte do processo que nenhuma tecnologia isolada é suficiente na análise global das exposições e, como tal, revem-se os riscos, em particular os riscos de Mercado, através de um conjunto de processos e abordagens.

Como política, procuramos quantificar o potencial de perdas associado a todos aspectos do negócio, de forma a realizar uma estimativa razoável dos potenciais danos em caso de ocorrência de eventos inesperados. Estes eventos abrangem aqueles que são observados, com base em dados históricos, e aqueles que consideramos altamente improváveis, mas que, ainda assim, podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Limites e Controlo

A existência de limites em todas actividades com risco é essencial ao processo de controlo de riscos, e envolve uma série de restrições revistas com frequência, organizadas por classes de produto, maturidade e operador. Estes limites podem ser medidos através de uma combinação de medidas não estatísticas, e medidas estatísticas. É responsabilidade do Conselho de Administração e da função de Risco garantir a actualização contínua, o reporte diário, o diálogo e a revisão dos pressupostos dos modelos.

Vários critérios são adoptados para determinar os limites apropriados na tomada de riscos associados a negociação de activos financeiros e investimento, incluindo a análise corrente e histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade de liquidez, análise técnica e fundamental, o nível de experiência e desempenho dos gestores e, constituindo um factor importante, o apetite do Banco pelo risco em função das condições de Mercado.

Os limites aprovados, especificando as exposições autorizadas por contraparte e concentração por tipo de activos, são revistos e comunicados numa base periódica aos Gestores e Colaboradores de Front e Back Office e são sujeitos a revisão e actualização regular. Todos os Colaboradores são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorados por funções de Back Office independentemente, que asseguram que as posições são valorizadas e registadas correctamente.

Risco de Mercado

O risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de alterações nas condições de Mercado. Dada a possibilidade de impacto directo na demonstração de resultados e/ou nas reservas de justo valor, os principais riscos que o Banco gere na sua actividade de Mercado incluem:

- Risco de activos de rendimento fixo, resultante de mudanças dos preços de activos financeiros detidos para a negociação ou para venda;
- Risco de preço de activos financeiros, resultante de exposições a mudanças de preços dos activos e volatilidade;
- Risco de taxa de câmbio, resultante de exposições a mudança nos preços à vista, preços futuros, e volatilidade;
- Risco de derivados, resultante da gestão da exposição a mudança de preços de activos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária no ALCO. Este inclui os membros Executivos do Conselho de Administração, além de outros gestores envolvidos nas actividades geradoras de receitas e da equipe de controlo de risco.

Em suporte ao Comité está a unidade de controlo de Risco de Mercado, responsável pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas actividades de investimento e negociação de activos financeiros. Controla ainda as decisões genéricas de investimento discutidas no ALCO, revê modelos e análises associadas ao cálculo de vários limites para a carteira do Banco, bem como para a carteira dos Clientes, e são responsáveis pela condução diária dos testes de esforço às carteiras, bem como por assegurar uma supervisão, controlo independente e verificação do cumprimento dos limites de tomada de riscos pelos Colaboradores e Front Office. Adicionalmente, este grupo procura assegurar um equilíbrio eficiente entre riscos e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas actividades de Tesouraria, o UBA gera receitas através da gestão de exposições a mudanças adversas no nível de instrumentos financeiros, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, o Conselho de Administração estabelece e revê, periodicamente, os procedimentos e sistemas definidos para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objectivos de negócio.

A função de monitorização de Risco de Mercado em específico é desempenhada pelo Conselho de Administração que, com o Compliance, revê as políticas e procedimentos de desenvolvimento de produtos para assegurar que os níveis de risco assumidos pelos Clientes, e oferecidos pelo Banco, são apropriados às circunstâncias.

Metodologias

Na gestão do risco de Mercado, o Banco utiliza um conjunto de metodologias diferentes para medir e controlar as exposições de risco, que são analisadas em conjunto com a informação cobrindo os riscos do país e contraparte. Os riscos são frequentemente geridos através de processo de diversificação de exposições, controlo de dimensão de exposições e estabelecendo cobertura em valores mobiliários ou derivados relacionados.

As ferramentas quantitativas utilizadas para medir e controlar a exposição efectivamente incluem medidas estatísticas e várias medidas não estatísticas. O Banco usa esse sistema em simultâneo com outros, tais como relatórios de perdas e controlos diários sobre concentração de risco, para garantir a integridade do processo na ocorrência de potenciais falhas numa ou mais metodologias, em consequência de um evento extraordinário que ocorra nos mercados.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de activos e passivos do Banco. A política do UBA relativa à liquidez e financiamento baseia-se nos seguintes princípios: (i) financiamento dos activos antes da sua aquisição, (ii) o pressuposto de que a maior parte dos activos que compõem o Balanço deveria ser convertível em liquidez num curto espaço de tempo, (iii) um programa para construir uma base estável de depósitos e (iv) assumir que se mantém um razoável nível de independência do Mercado financeiro junto de outras instituições. Com efeito, estes princípios definem o modelo de negócio do UBA, que é baseado em comissões e prestação de serviços e pressupõe uma base de activos composta por activos líquidos em detrimento de crédito ilíquido.

Na prática, o processo de gestão de liquidez do Banco é uma questão de estratégia diária do Conselho de Administração. Este engloba os detalhes sobre os controlos dos fluxos de entrada e saída, as questões de precário e reputação, o controlo sobre a reputação, controlo sobre colaterais, o processo do ALCO e os aspectos do plano de recuperação que transmite a natureza fundamental do modelo de negócio: activos líquidos, flexíveis e de qualidade financiados de forma conservadora por depósitos estáveis e capital.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro resulta da exposição ao nível, declive e configuração das curvas de taxa de juro, volatilidade nas taxas de juro, duração e spread de crédito. O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos nos proveitos ou no capital do Banco, causados por movimentos nos níveis absolutos de taxas de juro, em spreads entre taxas, ou na configuração de curva de taxas de juro, entre outros factores. O UBA controla a sua exposição a eventos adversos através da diversificação e de técnicas de cobertura de risco.

Análises de Sensibilidade

O Banco também executa análises de sensibilidade, que são utilizadas para quantificar o efeito de variação de um factor de risco em todas posições. O Banco utiliza estas análises para medir o efeito de variações das taxas de juro bem como quantificar exposições a posições de negociação de activos financeiros. Estas dependem de variáveis de mercado incluindo o preço do activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até a maturidade. O Banco mede estas variáveis através da realização de análises de sensibilidade.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é o risco de perdas decorrentes do incumprimento por contrapartes das suas obrigações financeiras ou contratuais nas datas de vencimento, composto por risco da contraparte, risco de concentração e do risco do país.

As exposições de crédito no UBA genericamente incluem obrigações de empresas, obrigações com clientes particulares, obrigações soberanas, créditos interbancários, valores cobráveis em mercados monetários e compromissos relacionados com concessão de garantias e outros créditos. No processo de análise e aprovação, o Banco avalia estas exposições a vários níveis: ao nível de transações individuais, ao nível de exposição máxima ao Cliente ou Grupo, e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras para medir a concentração de riscos num determinado sector, indústria ou localização geográfica. Todas as exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua natureza seja dentro ou fora do balanço. No decurso da actividade diária do Banco, a existência de sistemas integrados de monitorização de exposições são um elemento essencial no processo de gestão de risco.

Processo

Constituindo um elemento inerente à banca, o Conselho de Administração percepção o risco de crédito como parte integrante do modelo de negócio, fundamental para a geração de receitas e valor para os Accionistas. O processo de risco de crédito visa preservar a independência do processo de aprovação, permitindo também uma integração efectiva com os objectivos de negócio definidos pelo Conselho de Administração. Este processo começa com o Conselho de Administração, que aprova as políticas gerais e orientações para riscos de crédito. O Conselho de Administração delega, posteriormente, nos membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de suporte a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo de risco de contraparte;
- Orientações quantitativas e qualitativas para revisão de créditos;
- Procedimento quantitativos e qualitativos para controlo de qualidade de créditos;
- Controlo de Clientes, grupo e grandes riscos;
- Documentação, gestão e arquivo;
- Gestão e controlo de procedimentos e sistemas de monitorização de riscos;
- Manutenção de um Sistema de avaliação e de aprovação de crédito;
- Atenção a integridade e independência do processo de aprovação;
- Adesão a orientações regulamentares;
- Política de preços.

Procedimentos de Crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposição a crédito, com ou sem garantia, inclui uma determinação da notação de risco (scoring) para a exposição ao crédito, calculado com base em critérios maioritariamente objectivos. Os resultados do processo de análise financeira e pontuação de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada ao risco assumido, incluindo considerações sobre o preço mínimo, estrutura aceitável, prazos e documentação apropriada.

Como parte do processo de extensão de qualquer tipo de exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados da avaliação de crédito, prazos, níveis máximos de exposição global, incluindo quaisquer transações em consideração e os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos aos membros do Comité de Crédito. Outros critérios para determinação dos níveis de aprovação incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição do valor global.

Gestão de Concentração de Riscos

O Banco analisa sua exposição à concentração de riscos por categoria – risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional – e, quando apropriado, por grupos de categorias que se podem sobrepor, como risco de crédito, de mercado e de liquidez. No que diz respeito a gestão de concentração de risco de crédito, o Conselho de Administração e as áreas de risco do Banco analisam os relatórios que resumem as maiores concentrações de risco, incluindo exposições directas, indirectas e contingentes. Estes relatórios são também desagregados por exposições financeiras e não financeiras. Para além da sua função de gestão e monitorização regular, servem também como base para reporte periódico de limites regulamentares, incluindo exposições superiores a 25% dos fundos próprios e limites legais de concessão de crédito.

Risco Operacional

O risco operacional pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, erros humanos ou eventos externos. Tendo em conta a natureza do seu negócio, o Banco encontra-se exposto a potenciais perdas e risco reputacional, em resultado de erros humanos ou erros sistemáticos e operacionais, interrupções inesperadas no processamento do negócio ou execução insuficiente por fornecedores terceiros de componentes significativos do modelo de negócio. No processo de gestão pró-activa de riscos operacionais, de modo a manter as exposições em níveis mínimos, o Banco revê os seus sistemas de controlo interno regularmente para assegurar o bom funcionamento do negócio em situações normais e anormais. Esses sistemas e procedimentos são desenhados para reduzir os riscos de fraude de fontes internas e externas, e de erros ou quebras de serviço, resultante de eventos associados com a tecnologia e infraestrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações.

A responsabilidade da gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de negócio. Para monitorar os riscos e a aplicação dos procedimentos no Banco, os responsáveis de área reúnem separadamente com seus Colaboradores e reportam, posteriormente aos seus supervisores no Conselho de Administração, e também em conjunto de comités onde participam.

As diversas áreas também realizam exercícios regulares de auto-avaliação para identificar e adoptar acções sobre riscos associados a operações, tecnologia e compliance. Os processos de controlo interno incluem, por exemplo, a revisão frequente dos procedimentos operacionais relevantes. O cumprimento de orientações normativas, auditorias internas e externas de operações, sistemas e áreas comerciais e de negociação, procedimentos de back-up e a manutenção dos acordos de outsourcing e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevista das actividades do Banco.

Continuidade do Negócio e Segurança de Informação

O objectivo principal do Banco é assegurar que o negócio está apto para operar sob as condições mais exigentes e que os processos, gestão de risco e controlo interno, informação e sistemas seguros e fiáveis. Estas questões complexas exigem uma regular atenção, revisão e melhoria à medida em que o Banco cresce e que as condições de mercado e o ambiente regulatório mudam.

Relatório Do Auditor Independente



Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
(Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Registration No: 5917
Av Zedequias Manganheia 267
Edifício JAT IV 50 Andar

Tel: +258 21320955 / 21430594
Fax: +258 21429163
www.deloitte.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

AOS ACCIONISTAS DO UNITED BANK FOR AFRICA (MOÇAMBIQUE), S.A

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do United Bank for Africa (Moçambique), S.A, conforme as páginas 8 a 60, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3 122 626 314 meticais e um total de capitais próprios de 1 424 344 976 meticais, incluindo um resultado líquido de 5 253 022 meticais), a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do United Bank for Africa (Moçambique), S.A, em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na *secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), órgão da IFAC – *International Federation of Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

A gerência é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório de gestão e a mensagem do presidente, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão

A gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a gerência é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela gerência.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 5 de Abril de 2018


Deloitte & Touche (Moçambique) Limitada
Auditores certificados 09/SCA/OCAM/2014
Jacinto Delgado
Partner
Auditor certificado 91/CA/OCAM/2017

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	2	309,011,196	173,198,237
Juros e gastos similares	2	(145,737,457)	(45,634,515)
Margem financeira	2	163,273,739	127,563,722
Rendimentos de serviços e comissões	3	13,749,750	16,691,403
Encargos com serviços e comissões	3	(15,101,932)	(23,531,477)
Serviços e comissões líquidas	3	(1,352,182)	(6,840,074)
Operações financeiras líquidas	4	16,888,041	60,102,219
Rendimentos operacionais		178,809,598	180,825,867
Imparidade líquida do exercício	13	-	(266,531,866)
Rendimentos operacionais líquidos		178,809,598	(85,706,000)
Gastos com o pessoal	5	(102,908,513)	(84,519,254)
Depreciações e amortizações	16,17	(9,273,125)	(11,476,375)
Outros gastos operacionais	6	(78,390,365)	(81,238,127)
Provisão		-	425,000
Outros rendimentos operacionais	7	17,015,427	4,640,697
Lucro / (prejuízo) antes de impostos		5,253,022	(257,874,058)
Imposto corrente	8	-	-
Imposto diferido	8	-	-
Lucro / (prejuízo) do exercício		5,253,022	(257,874,058)
Outro rendimento integral		-	-
Rendimento integral do exercício		5,353,022	(257,874,058)
Lucro / (prejuízo) por acção			
Básico		8	(1,445)
Diluído		8	(1,445)

ACTIVO	Notas	2017	2016 Reexpresso
Caixa e disponibilidades em Banco Central			
Depósitos sobre instituições de crédito	9	195,623,392	263,177,909
Aplicações em instituições de crédito	10	35,125,738	160,013,283
Activos financeiros disponíveis para venda	11	475,808,281	505,652,682
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12	2,682,287	2,682,287
Activos financeiros detidos até a maturidade	13	35,039,427	37,672,068
Outros activos	14	2,309,729,381	185,242,464
Activos tangíveis	15	43,999,373	21,519,293
Activos intangíveis	16	21,295,793	16,438,594
	17	3,322,642	4,651,872
Total do activo		3,122,626,314	1,197,050,451
PASSIVO			
Depósito e contas correntes			
Recursos de outras instituições de crédito	18	1,333,137,754	983,114,577
Outros passivos	19	348,218,000	-
Total do passivo	20	16,925,584	24,002,530
		1,698,281,338	1,007,117,107
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social			
Prémios de emissão	21	1,744,712,000	515,437,000
Resultados transitados	22	571,653,523	571,653,523
	23	(892,020,547)	(897,157,179)
Total do capital próprio		1,424,344,976	189,933,344
Total do capital próprio e passivo		3,122,626,314	1,197,050,451

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social (Nota 21)	Prémio de emissão (Nota 22)	Depósito de accionistas	Resultados tran- sitados	Total do capital próprio
Saldo em 1 Janeiro de 2016	181,115,849	300,974,674	252,450,000	(639,283,121)	95,257,402
Transferência de depósito de accionista	20,821,151	231,628,849	(252,450,000)	-	-
Aumento de capital e prémio de emissão	313,500,000	39,050,000	-	-	352,550,000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(257,874,058)	(257,874,058)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	515,437,000	571,653,523	-	(897,157,179)	189,933,344
Aumento de capital	1,229,275,000	-	-	-	1,229,275,000
Lucro do exercício	-	-	-	5,253,022	5,253,022
Ajustamentos	-	-	-	(116,390)	(116,390)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1,744,712,000	571,653,523	-	(892,020,547)	1,424,344,976

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	2017	2016
Actividades operacionais		
Lucro/(prejuízo) antes de impostos	5,253,022	(257,874,058)
Ajustamento:		
Depreciações e amortizações	9,273,125	11,476,375
Ajustamentos nos resultados transitados	(116,390)	-
Imparidade líquida	-	266,327,699
Provisões do exercício	-	(425,000)
Aumento dos activos operacionais	(19,847,439)	(103,201,847)
Aumento nos passivos operacionais	691,164,231	229,810,918
Aumento nas reservas obrigatórias	(12,355,401)	(64,486,320)
Caixa líquida das actividades operacionais	673,371,148	81,627,768
Actividades de investimento		
Aquisições de activos tangíveis	(14,130,325)	(3,126,116)
Aquisições de activos intangíveis	1,329,230	(3,040,860)
Aplicações em outras instituições de crédito	(2,258,754)	-
Rendimentos de investimentos detidos até a maturidade	632,544,951	160,000,005
Aquisição de investimentos detidos até a maturidade	(2,757,031,867)	(185,242,464)
Caixa líquida usada nas actividades de investimento	(2,139,546,766)	(31,409,435)
Actividades de financiamento		
Aumento de capital social	1,229,275,000	313,500,000
Aumento de prémios de emissão	-	39,050,000
Caixa líquida de actividades de financiamento	1,229,275,000	352,550,000
(Redução) / aumento de caixa e equivalentes de caixa	(236,900,619)	402,768,333
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	788,673,554	385,905,221
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	551,772,936	788,673,554

Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Introdução

United Bank for Africa (Moçambique), SA (adiante designado como UBA ou Banco) é um banco comercial privado, constituído em 2009, que começou a operar em Novembro de 2010, com a sua sede na praça 16 de Junho, nº 312 Edifício do INCM, 2º andar Malanga - Maputo, Moçambique. A Empresa mãe é o United Bank for Africa Plc, um Banco constituído na Nigéria e também envolvido em actividades de banca comercial.

1. Políticas contabilísticas

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de estimativas fundamentais. Além disso, exige também que a Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do Banco, nomeadamente nas notas às Demonstrações Financeiras que envolvam um maior grau de complexidade, ou em áreas onde os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o Banco.

As demonstrações financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 5 de Abril de 2018 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em Assembleia-Geral.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, o Conselho de Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Os accionistas do Banco adoptaram, várias medidas com o objectivo de aumentar a eficácia da gestão e fortalecer as práticas de gestão de risco do banco. Estas medidas, culminaram com a nomeação de um novo Director Geral, a implementação de um quadro de gestão de risco robusto com maior supervisão do Conselho de Administração e do Grupo, bem como uma revisão do plano de negócio e a identificação de estratégias fundamentais para diversificar o crescimento do negócio e melhorar o desempenho. O Banco está, portanto, prestes a aumentar e diversificar sua base de clientes e receitas, aproveitando as competências existentes para fornecer produtos e serviços diversificados através de diferentes canais e reverter o actual desempenho financeiro negativo dos últimos exercícios.

No período em curso, o Banco incrementou o seu capital em 1.2 bilhão de metcais. Os accionistas do Banco estão igualmente a desenvolver um plano para capacitar o Banco a assumir operações de menor risco e mais lucrativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade. Esta base pressupõe que o Banco continuará a receber o apoio da Empresa-mãe e que a realização dos activos e liquidação de passivos ocorrerá no curso normal dos seus negócios.

Perdas por imparidade em crédito

O Banco avalia os valores que dizem respeito a crédito mal parado no final de cada data de relato, a fim de determinar se uma perda por imparidade deverá ser ou não reconhecida. Em particular, o Conselho de Administração utiliza estimativas do valor recuperável do activo no cálculo dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros ao determinar o nível da perda potencial. Tais estimativas são baseadas na experiência passada e pressupostos de um número de factores, podendo conduzir a alteração de resultados actuais, resultando em alterações futuras dos montantes criados para fazer face a perdas efectivas. (Nota 13)

Para além da imparidade específica para cobrir o risco relacionado com

os créditos com prova objectiva de existir imparidade, o Banco determina imparidades numa base colectiva para os créditos para os quais, embora não tenha sido identificada uma necessidade específica de reconhecer a perda por imparidade, possuem um nível de risco mais elevado em relação ao assumido no momento da concessão do crédito. Para o efeito, toma em consideração factores como a qualidade de crédito que é dada pelo rácio médio dos últimos dois anos, entre o crédito em imparidade com o total da carteira.

O Banco considera que a avaliação periódica de imparidade com base na metodologia apresentada permite ao Conselho de Administração reflectir adequadamente sobre o risco da sua carteira de crédito em geral.

Impostos diferidos activos

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. É necessário julgamento para ser determinado o montante de impostos diferido activo a ser reconhecido, com base no prazo provável e níveis de lucro tributável futuro, em conjugação com uma estratégia de planeamento fiscal. Os prejuízos fiscais podem ser utilizados por um período de cinco anos. (Nota 8.2)

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas), Imposto do Selo e IVA.

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito material nas demonstrações financeiras.

1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios e encontram-se descritas como segue:

ia) Transacção em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Metcais, sendo a moeda funcional do Banco e moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2017	2016
Dólar americano	59.02	71.35
Euro	70.70	75.16
Rand Sul Africano	4.79	5.2
Libra esterlina	79.66	87.9
Naira Nigeriano	0.163	0.23

b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido, geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Banco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para a venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido em outros resultados integrais e acumulado no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos.

iv) Activos financeiros detidos até à maturidade

Activos financeiros detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, e são deduzidos de perdas de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em "juros e rendimentos similares" na demonstração de resultados.

Se o Banco vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda. Quando tais circunstâncias se verificarem, o Banco não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade durante os dois anos seguintes.

v) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo. Resultam quando o Banco concede crédito, bens ou serviços, directamente ao devedor, com nenhuma intenção de negociar o recebimento.

Após a mensuração inicial, empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva, menos provisão para perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é incluída em "juros e rendimentos similares" na demonstração de resulta-



dos. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

v) Passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva.

vii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluem apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os 'inputs' se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

c) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros (IAS 32 e IAS 39)

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando:

- Expira o direito contractual a receber fluxos de caixa; e

- O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Quando o Banco procede à transferência dos seus direitos em receber dinheiro de um activo, ou celebrou um acordo de cedência de crédito, avalia se, e em que extensão ficou com algum risco e benefício associado à sua retenção. Quando não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo, o activo é reconhecido na extensão em que o Banco continue envolvido com o activo. Neste caso, o Banco também reconhecerá um passivo associado. O activo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflecta os direitos e benefícios associados à detenção do Banco.

A anulação do reconhecimento dos passivos financeiros é efectuada quando:

- A obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir; e

- Um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, tal alteração ou modificação é tratada como um de reconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.

d) Imparidade de activos financeiros

O Banco avalia, a cada data de balanço, se há qualquer prova objectiva de que um activo financeiro ou uma carteira de activos financeiros esteja em imparidade. Após o reconhecimento inicial, um activo financeiro, ou uma carteira de activos financeiros, poderão ser considerados em imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros. A evidência de imparidade pode incluir diversos indicadores, tais como a exposição de cada cliente ao crédito vencido, evidência de dificuldades financeiras por parte do cliente e da sua capacidade de fazer face a obrigações futuras, e o património do cliente encontrar-se em situação de liquidação ou falência.

i) Activos financeiros disponíveis para venda

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda cumulativa que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio é removida do capital próprio e reconhecida nos lucros ou prejuízos ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido.

ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes

Para os empréstimos e adiantamentos a clientes que se encontram valorizados ao custo amortizado, o Banco avalia individualmente as provas objectivas de imparidade para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Banco determinar que não existe prova objectiva de imparidade de um activo financeiro avaliado individualmente, quer este seja significativo ou não, o Banco inclui este activo numa carteira de activos financeiros com características semelhantes ao risco de crédito, e avalia-os colectivamente quanto à imparidade.

Se existir provas objectivas de perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a clientes, ou em investimentos detidos até à maturidade, que sejam mensuráveis pelo custo amortizado, as perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas na demonstração de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no Balanço líquido das perdas de imparidade.

Os valores presentes dos fluxos de caixa futuros estimados são descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda é a actual taxa de juro efectiva. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos da obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Para a finalidade de uma avaliação colectiva da imparidade, activos financeiros são agrupados de acordo com as características de risco de crédito semelhantes que são indicativas da capacidade do devedor para

pagar as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. O Banco toma em consideração a qualidade do crédito que é dada pelo rácio entre o crédito vencido e a carteira total.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas tendo em consideração a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível de perdas históricas e o período estimado entre a ocorrência e a sua identificação. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas e o nível actual de perdas.

iii) Investimentos detidos até à maturidade

Para os activos detidos até à maturidade, o Banco avalia individualmente se existe evidência de perdas por imparidade. Se existe prova objectiva que essa perda tenha ocorrido, o valor é mensurado como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados. A quantia escriturada do activo é reduzida e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados.

Se, no ano subsequente, o montante da perda estimada diminuir, devido a um qualquer evento após a perda por imparidade ter sido reconhecida, os valores são revertidos e creditados na demonstração de resultados.

iv) Empréstimos renegociados

Sempre que possível, o Banco procura renegociar os empréstimos em vez de exercer a opção sobre o colateral. Isto significa que pode existir um alargamento no prazo de liquidação do empréstimo. Uma vez renegociado o empréstimo, o mesmo não é considerado vencido. O Conselho de Administração do Banco está a rever continuamente a questão da renegociação dos empréstimos, a fim de evitar que os mesmos sejam considerados vencidos. Os empréstimos continuam a ser alvo de avaliação individual ou colectiva de perdas por imparidade sendo calculados de acordo com a taxa de juro efectiva original.

v) Avaliação dos colaterais

O Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas demonstrações financeiras. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales. O justo valor do colateral é determinado, no mínimo, no início e a cada data de balanço, no entanto, algumas garantias, por exemplo, depósitos à ordem ou títulos relativos aos requisitos de margem, são avaliados diariamente.

Na medida do possível, o Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros, detidos como garantias. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. Garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as demonstrações financeiras auditadas, e outras fontes independentes.

vi) Colaterais readquiridos

A política do Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado. Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Banco.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço, se apenas existir um direito jurídico vinculativo que obrigue as entidades a reconhecer os valores e se existe intenção de compensar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

f) Garantias financeiras

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede por vezes garantias financeiras, tais como Cartas de crédito, garantias e avales. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (em 'Outros passivos') ao justo valor, sendo o prémio recebido. Em referência a 31 de Dezembro de 2017, o Banco não tem garantias financeiras na forma de cartas de crédito concedidas a terceiros.

Em termos de mensuração subsequente, a responsabilidade do Banco relativa a cada garantia é mensurada ao valor mais alto entre o montante inicialmente reconhecido menos amortizações acumuladas reconhecidas na demonstração de resultados e a melhor estimativa da despesa necessária para regularizar qualquer obrigação que possa decorrer em resultado da garantia.

Qualquer aumento no valor do passivo relativo à garantia financeira é reconhecido na demonstração de resultados em Gastos com perdas em créditos. O prémio recebido é reconhecido na demonstração de resultados em 'Rendimento líquido de taxas e comissões' na base da vida útil da garantia.

g) Reconhecimento de proveitos e gastos

O proveito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco, e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de proveitos obedece os seguintes critérios por rubrica:

i) Juros, rendimentos e gastos similares

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e juros dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, o juro ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais

curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

Comissões cobradas pela prestação de serviços Resultam da prestação de serviços, sendo o seu reconhecimento efectuado quando o serviço está concluído.

iii) Rendimento líquido em operações financeiras

O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações de conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado. Caixa e equivalentes de caixa excluem as reservas no Banco Central.

i) Activos tangíveis

Os activos tangíveis, são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Edifícios arrendados	3
Equipamentos	4-10
Viaturas	4

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em "outros rendimentos operacionais" ou "outros gastos operacionais" na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software. O software adquirido pelo Banco é registado ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

k) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas

apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

I) Impostos

i) Impostos correntes

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores são estimados com base nos valores esperados a recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor na data do balanço.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e

- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

m) Contractos de locação

A determinação de se um acordo é ou contém operações de locação baseia-se na substância do acordo em relação à data de início e obriga a uma avaliação sobre se o cumprimento do acordo depende do uso dum bem ou bens específicos e se o acordo transmite o direito de usar o bem.

Locações operacionais – Banco como locatário

As rendas pagas são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo da vida do contrato de locação.

Quando um contrato de locação é terminado antes do período de locação, qualquer pagamento efectuado ao locador a título de indemnização é reconhecido como gasto no período a que respeita.

n) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidas como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando não estão mais à disposição do Banco. Dividendos para o fim do exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

o) Provisões

Uma provisão é reconhecida se o Banco, como resultado de um evento passado, tiver uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que uma saída de benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflecta as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e, eventualmente, os riscos específicos para o passivo.

p) Normas emitidas mas não efectivas

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do Banco são descritas abaixo. O Banco pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

NIRF 16 Locações

O IASB emitiu a NIRF 16 Locações que requer que a maior parte das locações sejam reconhecidas em balanço. Os locatários terão um único modelo de contabilização para todas as locações, com determinadas excepções. A contabilização pelos locadores vai ser substancialmente inalterada. A norma contém requisitos de divulgação adicionais para os contratos de locação celebrados. Esta nova norma tornar-se-á efectiva em 1 de Janeiro de 2019, com a adopção antecipada muito limitada. O impacto da adopção desta norma nas demonstrações financeiras do Banco ainda se encontra em análise.

NIRF 9 Instrumentos financeiros

Em Julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da NIRF 9 Instrumentos

Financeiros que reflecte todas as fases do projecto dos instrumentos financeiros e substitui a NIC 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da NIRF 9. A NIRF 9 apresenta em conjunto os três aspectos do projecto de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, imparidade e contabilidade de cobertura. A NIRF 9 é efectiva para os períodos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018, sendo permitida a adopção antecipada. Excepto para a contabilidade de cobertura, a aplicação retrospectiva é obrigatória mas a divulgação comparativa não é obrigatória. Para a contabilidade de cobertura, os requerimentos são geralmente aplicados prospectivamente, com algumas limitações. O Banco pretende adoptar a nova norma na data efectiva da aplicação.

(a) Classificação e mensuração

O Banco não espera um impacto significativo decorrido da aplicação da classificação e mensuração dos requisitos da NIRF 9, pelo facto do Banco mensurar os instrumentos ao custo amortizado.

Os empréstimos e contas a receber são detidas com o objectivo de obter fluxos de caixa contratuais e espera-se dar origem a fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de juros e capital. Assim, o Banco espera que estes continuem a ser mensurados ao custo amortizado de acordo com a NIRF 9. No entanto, o Banco vai analisar as características de fluxo de caixa contratuais desses instrumentos de forma mais detalhada antes de concluir se todos os instrumentos satisfazem os critérios para a avaliação dos custos amortizados de acordo com a NIRF 9.

(a) Classificação e mensuração

O Banco não espera um impacto significativo decorrido da aplicação da classificação e mensuração dos requisitos da NIRF 9, pelo facto do Banco mensurar os instrumentos ao custo amortizado.

Os empréstimos e contas a receber são detidas com o objectivo de obter fluxos de caixa contratuais e espera-se dar origem a fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de juros e capital. Assim, o Banco espera que estes continuem a ser mensurados ao custo amortizado de acordo com a NIRF 9. No entanto, o Banco vai analisar as características de fluxo de caixa contratuais desses instrumentos de forma mais detalhada antes de concluir se todos os instrumentos satisfazem os critérios para a avaliação dos custos amortizados de acordo com a NIRF 9.

(b) Imparidade

A NIRF 9 requer que o Banco registre perdas expectáveis em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber numa base de 12 meses, ou ao longo da sua materialidade. O Banco espera aplicar a abordagem simplificada e reconhecer as perdas esperadas ao longo da vida para todos os empréstimos e contas a receber. Face à actual carteira de crédito, e estrutura de activos financeiros o Banco estima que a adopção da norma não terá impactos significativos sobre a posição financeira e resultados.

NIRF 15 Réditos de contratos com clientes

A NIRF 15 foi emitida em Maio de 2014 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar o rédito proveniente de contratos com clientes. Segundo a NIRF 15, o rédito é reconhecido por um montante que reflecte a consideração a que uma entidade espera ter o direito, em troca de transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma sobre o rédito substituirá todos os requisitos de reconhecimento de rédito existentes anteriormente nas NIRF. A utilização de uma aplicação retrospectiva completa ou uma aplicação modificada da norma será necessária para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida. O UBA não espera que esta norma tenha um impacto significativo.

IFRIC 22 Transacções em moeda estrangeira, consideração antecipada

Esta interpretação aborda a taxa de câmbio para uso em transacções que envolvem a contraprestação antecipada paga ou recebida em moeda estrangeira. As entidades devem considerar a data da transacção, para determinar a taxa de câmbio, que servirá de data de reconhecimento inicial pagamento antecipado do activo não monetário ou do proveito diferido e, se houver múltiplos pagamentos ou recebimentos antecipados, a data da transacção deve ser estabelecida para cada pagamento ou recebimento. A IFRIC 22 é efetivo para os períodos de reporte que iniciam após 1 de Janeiro de 2018. A administração não espera que essas alterações tenham impacto nos capitais próprios do Banco.

IFRIC 23 Incertezas no tratamento de impostos sobre o rendimento

Se os tratamentos fiscais devem ser considerados coletivamente Uma entidade é obrigada a usar o julgamento para determinar se cada tratamento fiscal deve ser considerado de forma independente ou se alguns tratamentos fiscais devem ser considerados em conjunto. A decisão deve basear-se em qual abordagem fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

Pressupostos para os exames das autoridades fiscais

Uma entidade deve assumir que uma autoridade fiscal com o direito de examinar os montantes comunicados a ela examinará esses valores e terá pleno conhecimento de todas as informações relevantes ao fazê-lo.

Determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e taxas de imposto

Uma entidade deve considerar se é provável que a autoridade relevante aceite cada tratamento fiscal, ou grupo de tratamentos fiscais, que usou ou planeia usar em sua declaração de imposto de rendimento.

Se a entidade concluir que é provável que um determinado tratamento fiscal seja aceite, a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados ou taxas de imposto de acordo com o tratamento fiscal incluído nas suas declarações de impostos.

Se a entidade concluir que não é provável que um determinado tratamento fiscal seja aceite, a entidade deve usar o valor mais provável ou o valor esperado do tratamento fiscal ao determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas de imposto. A decisão deve basear-se em um método que fornece melhores previsões do desfecho da incerteza. A IFRIC 23 é efectiva para os períodos financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Não se espera que essas alterações tenham impacto no Banco.

Melhorias anuais, ciclo 2015-2017

NIRF 3 Concentrações empresariais

Esclarece que quando uma entidade obtém o controle de uma empresa que é uma operação conjunta, é necessário reexaminar os interesses anteriormente detidos nesse negócio. A emenda é efectiva para os períodos de relatório que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019.

NIRF 11 Acordos Conjuntos

Esclarece que quando uma entidade obtém controle conjunto de uma empresa que é uma operação conjuntamente, a entidade não deve remensurar os interesses previamente detidos nesse negócio. A emenda é efectiva para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

NIC 12 Imposto sobre o rendimento

Esclarece que todo o impacto do imposto sobre o rendimento dos dividendos deve ser reconhecido nos resultados do período, independentemente da forma como o imposto surgiu. A emenda é efectiva para os períodos que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019.

NIC 23 Custos de empréstimos

As emendas clarificam que, se algum empréstimo específico permanecer em circulação após o activo relacionado estiver pronto para o uso ou a venda, esse empréstimo torna-se parte dos fundos que uma entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização de empréstimos no geral. A emenda é efectiva para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

NIC 28 Investimentos em Associados e Joint Ventures

Esclarece que uma entidade deve aplicar a NIRF 9 a participações de longo prazo em uma empresa associada ou joint venture que façam parte do investimento líquido na empresa associada ou joint venture, ao qual o método de equivalência patrimonial não é aplicado. A emenda é efectiva para os períodos que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019

q) Alterações nas políticas contabilísticas, estimativas e erros

Novas normas e alterações das normas e interpretações

O Banco procedeu à aplicação de determinadas normas e alterações primeira vez, as quais são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2017. O Banco não adoptou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida mas que ainda não é eficaz. A natureza e o impacto dessas alterações são apresentadas abaixo. Embora estas novas normas e alterações aplicadas pela primeira vez em 2017, as mesmas não apresentaram um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco. A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração apresenta-se como segue:

Alterações à NIC 12 Impostos sobre o rendimento

As alterações à IAS 12 esclarecem o tratamento contabilístico de activos por impostos diferidos de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor, no entanto, mensurados ao custo fiscal. A emenda entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017.

Alterações à IAS 7 Demonstração dos fluxos de caixa

As emendas à NIC 7 Demonstração dos fluxos de caixa visam melhorar as divulgações das actividades de financiamento e ajudar os usuários a entender melhor as posições de liquidez. De acordo com os novos requisitos, as entidades são obrigadas a divulgar as alterações em seus passivos financeiros em resultado de actividades de financiamento, como alterações de fluxos de caixa e itens não monetários (por exemplo, ganhos e perdas por reavaliações cambiais). A emenda entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017.

Reexpressão de erros no período anterior

- Natureza e razão da reclassificação:

No ano de 2017, o Banco identificou a necessidade de reexpressar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, com vista ao reconhecimento de imparidades sobre outros activos, incorrectamente reconhecidas como provisões. Devido a este facto, e com base nas informações disponíveis, o Conselho de Administração entende que esse ajuste representa um erro conforme definido no parágrafo 5 das Políticas de Contabilidade IAS 8, Alterações nas políticas contabilísticas, estimativas e erros. O erro foi corrigido retrospectivamente e os valores comparativos foram devidamente reexpressos.

- Impacto em cada item ou classe de itens reexpresso:

Os efeitos da correção do erro no total de ativos e passivos na demonstração da posição financeira são os seguintes:
Montantes expressos em Meticais (Débito,(Crédito))

Impacto na Demonstração da Posição Financeira no período findo:

	2016
Imparidade acumulada de outros activos	(3,378,407)
Provisões	3,378,407

O impacto da correcção sobre o capital próprio e resultado do exercício em 31 de Dezembro de 2016 é nulo. Por outro lado, o ajustamento representa menos de 3% do total de activos do Banco. O Conselho de Administração considerou o impacto da correcção nas demonstrações financeiras não é material, pelo que decidiu não incluir na Demonstração da posição financeira a terceira coluna para 2015.

2. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como segue:

	2017	2018
Juros e rendimentos similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 13)	17,873,841	128,370,051
Bilhetes de tesouro	260,273,967	19,435,520
Depósitos a ordem	11,111,050	21,570,481
Aplicações em instituições de crédito	19,752,338	3,822,186
	309,011,196	173,198,237
Juros e gastos similares		
Depósitos de clientes e recursos de outras instituições de crédito	(145,737,457)	(45,634,515)
	163,273,739	127,563,722

3. Serviços e comissões líquidos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2017	2018
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões	11,089,999	11,345,969
Taxa de transacções financeiras	2,659,750	5,345,434
	13,749,750	16,691,403
Encargos com serviços e comissões		
Outros encargos com serviços e comissões	(15,101,932)	(23,531,477)
	(1,352,182)	(6,840,074)

A rubrica de outros encargos com serviços e comissões, respeita a comissões de uso de cartões VISA e Mastercard electrónico.

4. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como segue:

	2017	2016
<u>Ganhos em operações financeiras</u>		
Ganhos em operações cambiais	17,009,550	60,873,604
<u>Perdas em operações financeiras</u>		
Perdas em operações cambiais	(121,509)	(771,385)
	16,888,041	60,102,219

5. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam-se como segue:

	2017	2016
Vencimentos e salários	100,450,694	82,451,225
Impostos	2,457,819	2,068,029
	102,908,513	84,519,254

6. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2017	2016
Anúncios	2,691,506	768,147
Comunicação	7,755,306	10,981,663
Consumíveis	2,695,015	2,595,516
Seguros	2,940,009	3,021,197
Manutenção e reparação	1,858,339	1,348,138
Outros gastos	5,168,888	11,929,731
Honorários profissionais	6,428,054	8,458,113
Rendas	25,880,825	22,839,509
Segurança	4,118,369	3,521,538
Despesas de deslocação e representação	17,082,666	14,744,334
Água, electricidade e combustíveis	1,771,387	1,030,240
	78,390,365	81,238,127

7. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2017	2016
Outros rendimentos	17,015,427	4,640,697

8. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento apresentam-se como segue:

	2017	2016
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido	-	-

8.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	Valor 2017	Valor 2016	Taxa 2017	Taxa 2016
Resultado antes de imposto	5,253,022	(257,874,058)		
Taxa de imposto em vigor	1,680,967	(82,519,699)	32%	32%
Correcções fiscais:				
Despesas não dedutíveis				
Depreciações não tributáveis	36,800	36,800	1%	0.0%
Despesas com publicidade	225,396	1,643,145	4%	-0.6%
Realizações de utilidade social	1,829,107	1,624,534	35%	-0.6%
Ajudas de custos pela utilização de viatura do trabalhador	1,301,489	1,168,713	25%	-0.5%
Despesas de representação	80,761	61,489	2%	0.0%
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros	315,771	199,233	6%	-0.1%
Impostos de bilhetes de tesouro	-	2,643,527	0%	-1.0%
Perdas cambiais não realizadas	(843,471)	-	-16%	0.0%
Outros		160,000	0%	-0.1%
Rendimentos não tributáveis			0%	0.0%
Juros de bilhetes de tesouro		(3,788,711)	0%	1.5%
Lucros / (prejuízos) fiscais a serem transferidos	4,626,820	(78,770,968)	88%	30.55%
Prejuízos fiscais de períodos anteriores (a)	(217,306,604)	(149,240,855)		
	(212,679,784)	(228,011,823)		

(a) Os prejuízos fiscais dos anos anteriores não foram reconhecidos como Activos por impostos diferidos, porque o Conselho de Administração não acredita que os critérios definidos na IAS 12 para o seu reconhecimento foram cumpridos. Este valor exclui o montante de 33 453 809 Meticais, relativo aos prejuízos fiscais de 2012, que o Banco perdeu o direito de utilizar.

8.2 Em 31 de Dezembro de 2017, o Banco tem prejuízos fiscais acumulados de 624 326 Meticais (2016: 712.536.947 Meticais), que se apresentam como segue:

	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	712,536,947	681,503,440
Prejuízos fiscais não utilizados	(33,453,809)	(215,125,769)
(Lucros) / prejuízos fiscais	(14,458,812)	246,159,276
	664,624,326	712,536,947

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais podem ser utilizados durante 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de Dezembro de 2017, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

Ano	Validade	Prejuízo fiscal	Valor utilizado	Saldo	Imposto (32%)
2013	2018	2,694,459	(2,694,459)	-	-
2014	2019	80,773,175	(11,764,353)	69,008,822	22,082,823
2015	2020	349,456,228	-	349,456,228	111,825,993
2016	2021	246,159,276	-	246,159,276	78,770,968
		679,083,138	(14,458,812)	664,624,326	212,679,784

9. Caixa e disponibilidades em Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central apresentam-se como segue:

	2017	2016
<u>Numerário em cofre</u>		
Moeda estrangeira	4,389,103	8,917,444
Moeda nacional	37,159,185	39,573,815
	41,548,288	48,491,259
<u>Depósitos no Banco de Moçambique</u>		
Moeda estrangeira	28,827,381	109,194,049
Moeda nacional	125,247,722	105,492,600
	154,075,104	214,686,650
	195,623,392	263,177,909

Uma parte dos saldos detidos junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para cumprir reservas obrigatórias.

A regra aplicável em 31 de Dezembro de 2017, especificado pelo aviso do Banco Central, estabelece que as instituições financeiras têm de manter um saldo médio periódico de 14% de todos os clientes e depósitos do Governo Moçambicano. A reserva de caixa mínima exigida em referência a 31 de Dezembro de 2017 ascende a 152 525 721 Meticais (140 170 320 Meticais em 2016).

Estes depósitos obrigatórios não são remunerados e não são considerados como elementos de caixa e seus equivalentes na demonstração do fluxo de caixa.

10. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2017	2016
Bancos nacionais		
Moeda estrangeira	916	1,107
Moeda nacional	759,530	10,021,438
	760,446	10,022,545
Bancos estrangeiros		
Moeda estrangeira	34,365,293	149,990,739
	35,125,738	160,013,283

O valor desta rubrica representa o somatório de saldos nas contas nostro do Banco junto de outros bancos. Trata-se de saldos de liquidez imediata.

11. Aplicações em instituições de crédito

	2017	2016
Mercado monetário interbancário	81,066,527	41,073,682
Aplicações em instituições de crédito	394,741,754	464,579,000
	<u>475,808,281</u>	<u>505,652,682</u>

As aplicações no mercado monetário interbancário representam depósitos de curto prazo com o Banco Central, com juros de 19,5% e data de vencimento de 02 de janeiro de 2018.

As aplicações em outras instituições de crédito estrangeiras representam dois depósitos de curto prazo, um com a UBA Nigéria, no valor de US\$ 2 400.000, com juros de 5,95% e com data de vencimento de 21 de Fevereiro de 2018, com a UBA Kenya, no montante de US\$ 2 000 000, com juros de 5,97% e com data de vencimento de 02 de janeiro de 2018, e com UBA Congo no montante de US\$ 2 250 000, com juros de 9% e data de maturidade em 26 de Abril de 2018.

12. Activos financeiros disponíveis para venda

	2017	2016
SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique	<u>2,682,287</u>	<u>2,682,287</u>

O saldo dos activos financeiros disponíveis para venda, respeita à participação do Banco no capital social da SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, uma sociedade financeira de compensação de valores. O Banco detém 0.5% do capital social da SIMO.

Dado que não existe um mercado activo onde o justo valor possa ser mensurado com fiabilidade, este investimento financeiro foi mensurado ao custo. Adicionalmente, com base em toda informação relevante e disponível na data do Balanço, não há prova objectiva de que o activo financeiro esteja em imparidade e, por conseguinte, não foi reconhecida qualquer perda por imparidade.

13. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	2017	2016
Empréstimos		
Moeda nacional	<u>175,908,757</u>	<u>674,584,696</u>
Descobertos		
Moeda nacional	<u>45,369,729</u>	-
	<u>221,278,486</u>	<u>674,584,696</u>
Menos: Imparidade acumulada	<u>(186,239,060)</u>	<u>(636,912,628)</u>
	<u>35,039,427</u>	<u>37,672,068</u>

A análise pela concentração do risco por finalidade apresenta-se como segue:

	2017	2016
Indústria transformadora	3,796,291	92,114,055
Construção	10,216,664	72,984,837
Turismo	942,006	12,900,279
Serviços	41,144,213	260,560,162
Transporte e comunicações	3,207,000	20,301,884
Petróleo e gás	21,196,170	-
Retalho	140,776,142	215,723,478
	<u>221,278,486</u>	<u>674,584,695</u>

A maturidade dos empréstimos e contas a receber apresenta-se como segue:

	2017	2016
Até 3 meses	86,831,643	571,837,640
Mais de 3 meses até 1 ano	11,721,393	17,728,239
De 1 ano até 5 anos	105,865,478	78,231,627
Mais de 5 anos	16,859,972	6,787,189
	<u>221,278,486</u>	<u>674,584,695</u>

A carteira de crédito, em 31 de Dezembro de 2017, apresenta, essencialmente, vencimentos até 3 meses, de 3 meses a 1 ano e de 1 ano a 5 anos, e são descontados a uma taxa média de 23%. Os descobertos têm maturidades entre três meses a um ano e são descontados a uma taxa média de 25%. Esta taxa média representa a taxa variável actual com a do final do ano.

2017	Individual	Colectiva	Total
Saldo em 01 de Janeiro	635,189,905	1,722,723	636,912,628
Imparidade do exercício	-	-	-
Utilização/Crédito abatido	(449,345,194)	(1,328,375)	(450,673,569)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>185,844,711</u>	<u>394,348</u>	<u>186,239,059</u>
2016	Individual	Colectiva	Total
Saldo em 01 de Janeiro	368,862,206	1,722,723	370,584,929
Imparidade do exercício	266,531,866	-	266,531,866
Utilização	(204,167)	-	(204,167)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>635,189,905</u>	<u>1,722,723</u>	<u>636,912,628</u>

14. Activos financeiros detidos até a maturidade

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2017	2016
Bilhetes de tesouro	<u>2,309,729,381</u>	<u>185,242,464</u>

A 31 de Dezembro de 2017, a análise dos activos financeiros detidos até à maturidade por período de vencimento apresenta-se como segue:

	2017	2016
De 3 a 12 meses	<u>2,309,729,381</u>	<u>185,242,464</u>

O movimento dos activos financeiros detidos até a maturidade durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentam-se como segue:

	2017	2016
Saldo em 01 de Janeiro	185,242,464	160,000,005
Aumentos	2,757,031,867	185,242,464
Reembolsos	(632,544,951)	(160,000,005)
Saldo em 01 de Dezembro	<u>2,309,729,381</u>	<u>185,242,464</u>

15. Outros activos

	2017	2016
Despesas pré-pagas	12,257,550	13,142,104
Activos recuperados	10,821,190	-
Outras contas a receber	20,920,633	8,377,189
	<u>43,999,373</u>	<u>21,519,293</u>

Os Outros valores a receber decompõem-se como segue:

	2017	2016
Compensação-ATM	1,375,794	7,088,029
Seguros	-	3,378,407
Retenções na fonte	18,438,980	-
Outros	1,105,859	23,541,819
	<u>20,920,633</u>	<u>34,008,255</u>
Imparidade acumulada de outros activos	-	(25,631,066)
	<u>20,920,633</u>	<u>8,377,189</u>

Activos recuperados representam o valor de venda da propriedade recuperada pelo Banco, por decisão judicial.

Compensação - ATM refere-se à retirada de quantias de cartões de outros bancos nas ATM's UBA. Estes valores foram compensados em Janeiro de 2018.

16. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Obras em edifícios arrendados	Equipamentos	Viaturas	Trabalho em curso	Total
Custo:					
Em 01 de Janeiro 2016	13,585,394	43,908,324	13,339,452	1,486,126	72,319,296
Adições	-	192,323	-	2,933,793	3,126,116
Transferências	292,267	3,232,322	-	(3,524,589)	-
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>13,877,661</u>	<u>47,332,969</u>	<u>13,339,452</u>	<u>895,330</u>	<u>75,445,412</u>
Adições	-	12,091,791	-	-	12,091,791
Transferência	-	866,205	-	(866,205)	-
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>13,877,661</u>	<u>60,290,965</u>	<u>13,339,452</u>	<u>29,125</u>	<u>87,537,203</u>
Depreciações					
Em 01 de Janeiro 2016	10,274,447	26,617,724	12,630,703	-	49,522,874
Depreciações do exercício	2,665,572	6,503,375	315,000	-	9,483,946
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>12,940,019</u>	<u>33,121,099</u>	<u>12,945,703</u>	<u>-</u>	<u>59,006,820</u>
Depreciações do exercício	763,815	6,155,776	315,000	-	7,234,591
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>13,703,834</u>	<u>39,276,875</u>	<u>13,260,703</u>	<u>-</u>	<u>66,241,411</u>
Valor contabilístico					
Em 01 de Janeiro 2016	3,310,947	17,290,600	708,749	1,486,126	22,796,422
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>937,642</u>	<u>14,211,871</u>	<u>393,749</u>	<u>895,330</u>	<u>16,438,592</u>
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>173,827</u>	<u>21,014,090</u>	<u>78,749</u>	<u>29,125</u>	<u>21,295,792</u>

Nenhum dos activos do Banco se encontra sujeito a penhora e hipoteca em referência a 31 de Dezembro de 2017 e 2016.17. Activos intangíveis

O movimento ocorrido em activos intangíveis foi o seguinte:

	Software	Trabalho em curso	Total
Custo:			
Em 01 de Janeiro 2016	9,923,988	256,071	10,180,059
Adições	1,639,001	1,401,859	3,040,860
Transferência	256,071	(256,071)	-
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>11,819,060</u>	<u>1,401,859</u>	<u>13,220,919</u>
Adições	709,304	-	709,304
Transferência	1,237,078	(1,237,078)	-
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>13,765,442</u>	<u>164,782</u>	<u>13,930,223</u>
Amortizações:			
Em 01 de Janeiro 2016	6,576,618	-	6,576,618
Amortizações do exercício	1,992,429	-	1,992,429
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>8,569,047</u>	<u>-</u>	<u>8,569,047</u>
Amortizações do exercício	2,038,534	-	2,038,534
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>8,569,047</u>	<u>-</u>	<u>10,607,581</u>
Valor contabilístico:			
Em 01 de Janeiro 2016	3,347,370	256,071	3,603,441
Em 31 de Dezembro de 2016	<u>3,250,013</u>	<u>1,401,859</u>	<u>4,651,872</u>
Em 31 de Dezembro de 2017	<u>5,196,395</u>	<u>164,782</u>	<u>3,322,642</u>

Os ativos intangíveis em curso referem-se principalmente a despesas incorridas para a prestação de serviços de implementação de cartões e Códigos instantâneos. Esses serviços ainda não foram concluídos no final do período do relatório.

18. Depósitos e contas correntes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como segue:

	2017	2016
Depósitos a ordem		
Moeda estrangeira	94,860,597	519,913,144
Moeda nacional	585,770,948	226,917,133
	<u>680,631,545</u>	<u>746,830,277</u>
Depósitos a prazo		
Moeda estrangeira	90,178,498	214,050,000
Moeda nacional	560,052,744	20,726,938
	<u>650,231,242</u>	<u>234,776,938</u>
Depósitos de caução		
Moeda nacional	2,274,967	1,507,362
	<u>1,333,137,754</u>	<u>983,114,577</u>

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como segue:

	2017	2016
Depósitos de caução		
Moeda nacional	1,332,987,754	983,114,577
	<u>150,000</u>	<u>-</u>
	<u>1,332,987,754</u>	<u>983,114,577</u>

Os depósitos à ordem incluem contas correntes e outras contas de poupança com taxas de juros marginais. Os depósitos a prazo, com vencimentos a 12 meses, foram constituídos com taxas de juros entre 3,78% e 25%. Esta taxa média representa a taxa variável actual no final do ano.

19. Recursos de outras instituições de crédito

	2017	2016
Empréstimos obtidos	<u>348,218,000</u>	<u>-</u>

Os recursos de outras instituições de crédito representam financiamentos de médio prazo obtidos do UBA Uganda no montante de US\$ 2 400 000, taxa de juros de 5.7% e maturidade em 21 de Fevereiro de 2018; UBA Guiné no montante de US\$ 1 100 000, taxa de juros de 5.96% e maturidade em 15 de Janeiro de 2018; UBA Tanzânia, no montante de US\$ 2 000 000, taxa de juros de 5.77% e maturidade em 2 de Janeiro de 2018; UBA Gana, no montante de US\$ 400 000, taxa de juros de 6.01% e maturidade em 10 de Janeiro de 2018

20. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2017	2016
Cheques e ordens a pagar	3,665,714	1,683,966
Compensação-ATMs	3,697,860	4,806,077
Acréscimos de custos	3,890,170	1,230,846
Outros	5,671,841	16,281,641
	<u>16,925,584</u>	<u>24,002,530</u>

Os Outros passivos compreendem: 1) IRPS 2 866 858 Meticais (2016: 2 785 311 Meticais); 2) Valores não reclamados 1 413 192 Meticais (2016: 1 758 789 Meticais) e 3) outras responsabilidades de 1 391 791 Meticais (2016: 948.460 Meticais).

21. Capital social

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

	2017	2016
UBA - United Bank for Africa, PLC	1,669,655,000	440,380,000
African Prudential PLC	22,015,000	22,015,000
Afriland Properties, PLC	53,037,000	53,037,000
Adejare Rasheed Olaoluwa	3,000	3,000
Emmanuel Nwabuiku nnorom	2,000	2,000
	<u>1,744,712,000</u>	<u>515,437,000</u>

O capital integralmente subscrito e realizado compreende 1 744 712 (2016: 515 437) acções ordinárias, com valor nominal de mil (1.000) meticais cada, e estão distribuídas da seguinte forma:

	2017	2016
UBA - United Bank for Africa, PLC	1,669,655	440,380
African Prudential PLC	22,015	22,015
Afriland Properties, PLC	53,037	53,037
Adejare Rasheed Olaoluwa	3	3
Emmanuel Nwabuiku nnorom	2	2
	<u>1,744,712</u>	<u>515,437</u>

Durante o ano, o capital social aumentou em 1 229 275 mil meticais através da emissão de 1 229 275 acções, de 1.000 Meticais cada.

	2017	2016
Acções ordinárias		
Saldo em 1 de Janeiro	515,437	181,115
Aumento	1,229,275	334,322
Saldo em 31 de Dezembro	<u>1,744,712</u>	<u>515,437</u>

22. Prémio de emissão

O prémio de emissão apresenta-se como segue:

	2017	2016
Prémios de emissão	<u>571,653,523</u>	<u>571,653,523</u>

23. Reserva legal

Nos termos da legislação moçambicana, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social. A reserva não pode ser distribuída, mas

pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital. Não foi constituída nenhuma reserva em 2017 e 2016.

24. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2017	2016
Depreciações (Nota 16)	7,234,591	9,483,946
Amortizações (Nota 17)	2,038,534	1,992,429
Imparidades (Nota 13)	-	266,327,699
Ajustamentos nos resultados transitados	(116,390)	-
Provisões do exercício	-	425,000
	<u>9,156,735</u>	<u>278,229,074</u>

25. Variações nos activos e passivos operacionais

Variação de activos operacionais		
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 13)	2,632,641	(95,900,635)
Outros activos (Nota 15)	(22,480,080)	(7,301,212)
	<u>(19,847,439)</u>	<u>(103,201,847)</u>

Variação de passivos operacionais		
Depósitos de clientes (Nota 18)	350,023,177	221,253,001
Recursos de outras instituições de crédito (Nota 19)	348,218,000	-
Outros passivos (Nota 20)	(7,076,946)	8,557,917
	<u>691,164,231</u>	<u>229,810,918</u>
Variação líquida de activos e passivos operacionais	<u>1,121,990,361</u>	<u>126,609,071</u>

26. Caixa e equivalentes de caixa no final do período

Caixa e equivalentes de caixa encontram-se desagregados abaixo:

	2017	2016
Numerário em cofre	<u>4,389,103</u>	<u>8,917,444</u>
Moeda estrangeira	37,159,185	39,573,815
Moeda nacional	41,548,288	48,491,259

Depósitos no Banco de Moçambique		
Moeda estrangeira	28,827,381	109,194,049
Moeda nacional	125,247,722	105,492,600
	<u>154,075,104</u>	<u>214,686,650</u>

Depósitos em outras instituições de crédito		
	<u>35,125,738</u>	<u>160,013,283</u>

Outros investimentos de curto prazo, altamente líquidos		
Mercado monetário interbancário	81,066,527	-
Aplicações em outras instituições de crédito	392,483,000	505,652,682
	<u>473,549,527</u>	<u>505,652,682</u>
Menos: Reservas obrigatórias no Banco de Moçambique	<u>(152,525,721)</u>	<u>(140,170,320)</u>
	<u>551,772,936</u>	<u>788,673,554</u>

27. Instrumentos financeiros

27.1 A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

2017	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Activos financeiros detidos até a maturidade	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	195,623,392	-	195,623,392
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	35,125,738	-	35,125,738
Aplicações em outras instituições de crédito	-	475,808,281	-	475,808,281
Activos financeiros disponíveis para venda	2,682,287	-	-	2,682,287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	35,039,427	-	35,039,427
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	-	2,309,729,381	2,309,729,381
Outros activos	-	43,999,373	-	43,999,373
	<u>2,682,287</u>	<u>785,596,211</u>	<u>2,309,729,381</u>	<u>3,098,007,879</u>
			Passivos financeiros	Total
			1,333,137,754	1,333,137,754
Depósitos e contas correntes			348,218,000	348,218,000
Recursos de instituições de crédito			5,671,841	5,671,841
Outros passivos			1,687,027,595	1,687,027,595

2016 Reexpresso	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Activos financeiros detidos até a maturidade	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	263,177,909	-	-
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	160,013,283	-	-
Aplicações em outras instituições de crédito	-	505,652,682	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	2,682,287	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	37,672,068	-	-
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	-	185,242,464	185,242,464
Outros activos	-	4,651,872	-	-
	<u>2,682,287</u>	<u>971,167,814</u>	<u>185,242,464</u>	<u>185,242,464</u>
			Passivos financeiros	Total
Depósitos e contas correntes			983,114,577	983,114,577
Outros passivos			16,281,641	16,281,641
			<u>999,396,218</u>	<u>999,396,218</u>

27.2. Instrumentos Financeiros ao justo valor

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado activo. Para Títulos do Governo para os quais não existe um mercado activo, o Banco utiliza o modelo de desconto. O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

2017				
Activos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	195,623,392	-	195,623,392
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	35,125,738	-	35,125,738
Aplicações em outras instituições de crédito	-	450,436,829	-	450,436,829
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	24,534,352	24,534,352
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	-	1,795,146,089	1,795,146,089
	-	681,185,959	1,819,680,441	2,500,866,401
Passivos financeiros	-	-	-	-
Depósitos e contas correntes	-	-	1,308,240,886	1,308,240,886
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	346,836,748	346,836,748
	-	-	1,655,077,634	1,655,077,634
2016				
Activos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	257,886,928	-	257,886,928
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	140,846,827	-	140,846,827
Aplicações em outras instituições de crédito	-	447,642,904	-	447,642,904
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	26,079,790	26,079,790
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	-	163,776,328	163,776,328
	-	846,376,659	189,856,118	1,036,232,777
Passivos financeiros	-	-	-	-
Depósitos e contas correntes	-	-	980,895,596	980,895,596
	-	-	980,895,596	980,895,596

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras.

	2017		2016	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Activos financeiros	195,623,392	195,623,392	263,177,909	257,886,928
Caixa e disponibilidade em Banco Central	35,125,738	35,125,738	160,013,283	140,846,827
Disponibilidades sobre instituições de crédito	475,808,281	450,436,829	505,652,682	447,642,904
Aplicações em outras instituições de crédito	35,039,427	24,534,352	37,672,068	26,079,790
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2,309,729,381	1,795,146,089	185,242,464	163,776,328
Activos financeiros detidos até a maturidade	3,051,326,219	2,500,866,401	1,151,758,406	1,036,232,777
Passivos financeiros				
Depósitos e contas correntes	1,333,137,754	1,308,240,886	983,114,577	980,895,596
Recursos de outras instituições de crédito	348,218,000	346,836,748	-	-
	1,681,355,754	1,655,077,634	983,114,577	980,895,596
	1,369,970,465	845,788,767	168,643,829	55,337,811

O Conselho de Administração considera que o caixa e disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são obtidos através do valor presente.

- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro variando entre 25.82% a 27.75%. Os passivos financeiros são descontados a taxas que variam entre 3.85% a 25.25%.

Todas as avaliações que exigem a utilização do modelo de fluxos de caixa descontados, exige que a adminis-

tração avalie os pressupostos sobre o modelo dos inputs incluindo previsão de fluxos de caixa, a taxa de desconto, o risco de crédito e volatilidade.

28. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

	2017	2016
Saldos devedores		
Abacos, Lda	2,900,577	4,802,455
Petrovendas, Lda	4,140,866	4,208,172
Disponibilidades sobre instituições de crédito (Nota 10)	-	1,435,321
Aplicações em outras instituições de crédito (Nota 11)	394,741,754	505,652,682
	401,783,197	516,098,660
Saldos credores		
Recursos de outras instituições de crédito (Nota 19)	348,218,000	-
	348,218,000	-
Transacções:		
Remunerações dos administradores	1,276,380	1,354,360
	1,276,380	1,354,360

Abacos, limitada e Petrovendas, limitada são duas entidades controladas pelo presidente do conselho de administração do Banco, detendo respectivamente 100% e 98% das quotas.

Os saldos acima mencionados surgiram do curso normal da actividade do UBA (Moçambique), SA. As taxas de juros cobradas para /e por partes relacionadas são as praticadas pelos bancos comerciais no mercado. Os Saldos em aberto no final do ano não são garantidos e não há garantias prestadas ou recebidas por quaisquer créditos com partes relacionadas ou pagamentos. Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2017, o Banco não tem quaisquer dívidas de cobrança duvidosa relativas a valores de propriedade de partes relacionadas.

As Remunerações de órgãos de gestão referem-se à remuneração dos directores e pessoal chave do Conselho de Administração, que são pagos pela UBA Plc (empresa-mãe) e, posteriormente, cobrados a UBA Moçambique.

Todas as remunerações dos directores, são benefícios de curto prazo.

29. Contingências e compromissos

Contingências

	2017	2016
Garantias	39,549,298	2,095,324

Loações operacionais – banco como locatário

O Banco celebrou contratos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração média de um a dez anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contratos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado. As rendas mínimas a pagar

	2017	2016
Até um ano	21,762,428	18,400,000
Entre um e cinco anos	87,049,711	73,600,000
Mais de cinco anos	108,812,139	92,000,000
	217,624,278	184,000,000

30. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A gestão de risco é parte essencial para o sucesso do Banco, desempenhando um papel essencial na gestão, permitindo operar mais efectivamente, num ambiente em constante mudança. Ao longo do tempo, desenvolveu-se e transformou-se numa das capacidades básicas do Banco e é vital para a avaliação de estratégias alternativas e na fixação de objectivos, tudo isto dentro da estrutura de gestão de risco que garante o alinhamento com o grau de tolerância ao risco e com a estratégia global do grupo.

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objetivo de apoiar o Conselho de Administração, foram criadas os seguintes comités.

- Comité de Activos e Passivos (ALCO) – Objectivo é gerir os activos e passivos como um todo.
- Comité de Desenvolvimento de Negócio – Para o acompanhamento de todas as questões relacionadas ao crédito e desenvolvimento de negócios.
- Comité de Risco – Para controlar os riscos operacionais inerentes ao banco interna e externamente.
- Comité de Gestão – Para discutir e resolver questões bancárias diárias internas

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016, relativamente ao risco de crédito no balanço e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamento.

	2017	2016
Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço:		
Caixa e disponibilidade em Banco Central	195,623,392	263,177,909
Disponibilidades sobre instituições de crédito	35,125,738	160,013,283
Aplicações em outras instituições de crédito	475,808,281	505,652,682
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35,039,427	37,672,067
Activos financeiros detidos até a maturidade	2,309,729,381	185,242,464
Outros activos	43,999,373	11,755,596
Total activo na demonstração da posição financeira	3,095,325,592	1,163,514,001

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos extrapatrimoniais

	2017	2016
Garantias	39,549,298	2,095,324
Total da exposição ao risco de crédito	3,134,874,890	1,165,609,325

Qualidade do crédito:

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

2017	Nem vencido nem em imparidade	Vencido sem imparidade	Em imparidade	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	195,623,392	-	-	195,623,392
Disponibilidades sobre instituições de crédito	35,125,738	-	-	35,125,738
Aplicações em outras instituições de crédito	475,808,281	-	-	475,808,281
Empréstimos e adiantamentos a clientes	33,780,680	1,258,747	186,239,060	221,278,486
Activos financeiros detidos até a maturidade	2,309,729,381	-	-	2,309,729,381
Outros activos	43,999,373	-	-	43,999,373
	3,094,066,845	1,258,747	186,239,060	328,156,4652

2016 Reexpresso	Nem vencido nem em imparidade	Vencido sem imparidade	Em imparidade	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	263,177,909	-	-	263,177,909
Disponibilidades sobre instituições de crédito	160,013,283	-	-	160,013,283
Aplicações em outras instituições de crédito	505,652,682	-	-	505,652,682
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37,672,067	-	636,912,628	674,584,695
Activos financeiros detidos até a maturidade	185,242,464	-	-	185,242,464
Outros activos	11,755,596	-	25,631,066	37,386,662
	1,163,514,001	-	662,543,694	1,826,057,695

Análise da exposição máxima ao risco de crédito e das garantias e outras melhorias de crédito

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

2017	Exposição máxima ao risco de crédito	Hipotecas	Sem garantias	Exposição líquida
Activos financeiros				
Disponibilidades sobre outras instituições de crédito	35,125,738	-	-	35,125,738
	35,125,738	-	-	35,125,738
Empréstimos e adiantamentos a clientes:				
Grandes empresas	5,677,941	-	-	5,677,941
Pequenas empresas	14,287,913	-	-	14,287,913
Crédito ao consumo	15,073,573	-	-	15,073,573
Activos financeiros detidos até a maturidade	2,309,729,381	-	-	2,309,729,381
	2,344,768,807	-	-	2,344,768,807

2017	Exposição máxima ao risco de crédito	Hipotecas	Sem garantias	Exposição líquida
Activos financeiros				
Disponibilidades sobre instituições de crédito	160,013,283	-	-	160,013,283
	160,013,283	-	-	160,013,283
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
Grandes empresas	7,174,243	-	-	7,174,243
Pequenas empresas	12,322,145	25,577,410	25,577,410	(13,255,265)
Crédito ao consumo	18,175,679	-	-	18,175,679
Activos financeiros detidos até a maturidade	185,000,005	-	-	185,000,005
	222,672,072	25,577,410	25,577,410	197,094,662

Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação;

O Banco também obtém garantias da empresa-mãe (United Bank for Africa, Plc) para empréstimos aos seus clientes.

Activos financeiros que não estão nem vencidos nem em imparidade

Estes activos são considerados como tendo uma taxa de incumprimentos muito baixa.

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos renegociados incluem empréstimos que foram transferidos dos créditos em imparidade para os créditos vigentes dentro dos últimos 12 meses depois de terem sido reestruturados e não poderão ser renegociados mais de uma vez no período de 12 meses.

Activos financeiros que estão vencidos, mas não em imparidade

Dizem respeito a empréstimos e adiantamentos a clientes em que o cliente incumpriu com o pagamento dos juros ou capital mas o Banco acredita que não é apropriado reconhecer uma imparidade identificada tendo em linha de conta o nível do colateral que o cliente entregou ao Banco como garantia.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em bancarrota ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.



Entre no nosso mundo Digital

UBA
United Bank for Africa

Entre no nosso mundo Digital

A nova APP móvel do UBA oferece uma segurança biométrica com a impressão digital e reconhecimento facial. A App é fácil de navegar melhorando a sua experiência na banca digital.

Baixe Já
UBA Mobile App

Google play | App Store

■ África ■ Nova Iorque ■ Londres ■ Paris

Africa's Global Bank

- iii. Depreciação do valor do colateral; e
- iv. Deterioração da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com indicação de crédito mal parado são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Saneamento

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O saneamento irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida. Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

A análise dos empréstimos e adiantamento a clientes individualmente em imparidade apresenta-se como segue:

2017	Valor contabilístico original	Imparidade identificada	Valor contabilístico revisto
Indústria transformadora	3,796,291	3,796,291	-
Transporte	3,207,000	3,207,000	-
Consumo	140,776,142	112,604,643	28,171,499
Construção	10,216,664	10,216,664	-
Serviços	41,144,213	41,144,213	-
Turismo	942,006	942,006	-
Petróleo e gás	21,196,170	14,328,243	6,867,927
	221,278,486	186,239,060	35,039,427
2016			
Indústria transformadora	16,464,175	16,464,175	-
Transporte	15,744,888	15,744,888	-
Consumo	159,752,734	159,752,734	-
Construção	58,209,530	58,209,530	-
Serviços	385,099,914	385,018,578	81,336
	635,271,241	635,189,905	81,336

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como segue:

2017	Caixa e disponibilidades e Banco Central	Depósitos em instituições financeiras	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros detidos até a maturidade	Outros activos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Total
Indústria transformadora	-	-	-	-	-	3,796,291	3,796,291
Transporte	-	-	-	-	-	3,207,000	3,207,000
Consumo	-	-	-	-	-	140,776,142	140,776,142
Construção	-	-	-	-	-	10,216,664	10,216,664
Serviços	-	-	-	-	-	41,144,213	41,144,213
Turismo	-	-	-	-	-	942,006	942,006
Petróleo e gás	-	-	-	-	-	21,196,170	21,196,170
Sector financeiro	-	35,125,738	394,741,754	2,309,729,381	-	-	2,739,596,873
Governo	154,075,104	-	81,066,527	-	-	-	81,066,527
Outros	-	-	-	-	43,999,373	-	43,999,373
	154,075,104	35,125,738	475,808,281	2,309,729,381	43,999,373	221,278,486	3,085,941,260

2016 Reexpresso	Caixa e disponibilidades e Banco Central	Depósitos em instituições financeiras	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros detidos até a maturidade	Outros activos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Total
Indústria transformadora	-	-	-	-	-	16,464,175	16,464,175
Transporte	-	-	-	-	-	15,744,888	15,744,888
Consumo	-	-	-	-	-	159,752,734	159,752,734
Construção	-	-	-	-	-	58,209,530	58,209,530
Serviços	-	-	-	-	-	385,099,914	385,099,914
Sector financeiro	-	160,013,283	464,579,000	-	-	-	624,592,283
Governo	214,686,650	-	41,073,682	185,242,464	-	-	441,002,796
Outros	-	-	-	-	4,651,872	-	4,651,872
	214,686,650	160,013,283	505,652,682	185,242,464	4,651,872	635,271,241	1,705,518,192

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 15,5% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de custo prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

	2017	À Vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros							
Caixa e disponibilidades em Banco Central	195,623,392	-	-	-	-	-	195,623,392
Disponibilidades em instituições de crédito	35,125,738	-	-	-	-	-	35,125,738
Aplicações em instituições de crédito	-	199,106,527	141,648,000	135,053,754	-	-	475,808,281
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	86,831,643	11,721,393	105,865,478	16,859,972	-	221,278,486
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	-	68,000,706	2,241,728,675	-	-	2,309,729,381
Total de activos não descontados	230,749,130	285,938,170	221,370,099	2,482,647,907	16,859,972	-	3,237,565,278
Passivos financeiros							
Depósitos e contas correntes	682,906,512	305,883,331	344,197,911	150,000	-	-	1,333,137,754
Recursos de outras instituições de crédito	-	348,218,000	-	-	-	-	348,218,000
Outros passivos	16,925,584	-	-	-	-	-	16,925,584
Total de passivos não descontados	699,832,096	654,101,331	344,197,911	150,000	-	-	1,698,281,338
2016 Reexpresso		À Vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros							
Caixa e disponibilidades em Banco Central	263,177,909	-	-	-	-	-	263,177,909
Disponibilidades em instituições de crédito	160,013,283	-	-	-	-	-	160,013,283
Aplicações em instituições de crédito	-	505,652,682	-	-	-	-	505,652,682
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	571,837,640	17,728,239	78,231,627	6,787,189	-	674,584,695
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	185,242,464	-	-	-	-	185,242,464
Total de activos não descontados	423,191,192	1,262,732,786	17,728,239	78,231,627	6,787,189	-	1,788,671,033
Passivos financeiros							
Depósitos e contas correntes	972,326,377	-	10,788,200	-	-	-	983,114,577
Outros passivos	24,002,530	-	-	-	-	-	24,002,530
Total de passivos não descontados	996,328,907	-	10,788,200	-	-	-	1,007,117,107

Todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após o período de relatório.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2017. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensuradas pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extraprimoniais.

2017	Até 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	195,623,392	195,623,392
Depósitos sobre instituições de crédito	35,125,738	-	-	-	35,125,738
Aplicações em instituições de crédito	199,106,527	141,648,000	135,053,754	-	475,808,281
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	2,682,287	2,682,287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	34,413,290	626,136	-	-	35,039,427
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	68,000,706	2,241,728,675	-	2,309,729,381
Outros activos	-	-	-	43,999,373	43,999,373
Activos tangíveis	-	-	-	21,295,793	21,295,793
Activos intangíveis	-	-	-	3,322,642	3,322,642
Total de activos não descontados	268,645,556	210,274,842	2,376,782,429	266,923,487	3,122,626,314
Passivos					
Depósitos e contas correntes	682,906,512	305,883,331	344,347,911	-	1,333,137,754
Recursos de instituições de crédito	348,218,000	-	-	-	348,218,000
Outros passivos	-	-	-	16,925,584	16,925,584
Total de passivos não descontados	1,031,124,512	305,883,331	344,347,911	16,925,584	1,698,281,338
Sensibilidade da taxa de juros na posição financeira	(762,478,957)	(95,608,489)	2,032,434,518	249,997,904	1,424,344,976

2016 Reexpresso	Até 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	263,177,909	263,177,909
Depósitos sobre instituições de crédito	160,013,283	-	-	-	160,013,283
Aplicações em instituições de crédito	505,652,682	-	-	-	505,652,682
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	2,682,287	2,682,287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4,520,648	6,780,972	26,370,447	-	37,672,067
Activos financeiros detidos até a maturidade	185,242,464	-	-	-	185,242,464
Outros activos	-	-	-	24,897,701	24,897,701
Activos tangíveis	-	-	-	16,438,592	16,438,592
Activos intangíveis	-	-	-	4,651,873	4,651,873
Total de activos não descontados	855,429,077	6,780,972	26,370,447	311,848,362	1,200,428,858
Passivos					
Depósitos e contas correntes	746,830,277	236,284,301	-	-	983,114,578
Outros passivos	-	-	-	24,002,530	24,002,530
Total de passivos não descontados	746,830,277	236,284,301	-	24,002,530	1,007,117,108
Sensibilidade da taxa de juros na posição financeira	108,598,800	(229,503,329)	26,370,447	287,845,832	193,311,750

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é a seguinte:

	Aumen em pontos de b to / diminuição ase	Impacto nos resultados antes de impostos
2017	+50bp	58,717,354
	-50bp	(58,717,354)
2016	+50bp	(472,607)
	-50bp	472,607

Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior.

O resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2017 sofreria um aumento ou diminuição em cerca de 45 mil Meticais (em 31 de Dezembro de 2016, o lucro antes do imposto sofreria uma redução em cerca de 13.4 milhões Meticais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio).

Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou nos capitais próprios, enquanto que os valores positivos reflectem um aumento líquido potencial no resultado e nos capitais próprios. Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados.

31 Dez 2017	Exposição líquida	Taxa de Câmbio	Varição na taxa de câmbio %	Impacto no resultado
Dólar americano	797,550	59.02	2.75	21,933
Euro	1,496,759	70.70	1.05	15,716
Rand Sul Africano	146,228	4.79	2.25	3,290
Libra esterlina	189,618	79.66	2.03	3,849
Naira nigeriano	(572,557)	0.163	(0.03)	172
				44,960
31 Dez 2016	Exposição líquida	Taxa de Câmbio	Varição na taxa de câmbio %	Impacto no resultado
Dólar americano	34,436,502	71.35	25.45	8,764,090
Rand Sul Africano	1,013,999	5.2	2.25	22,815
Euro	2,437,570	75.16	25.12	612,318
Naira nigeriano	1,495,250	0.23	(0.01)	(150)
				9,399,073

2017	MZN	USD	ZAR	EUR	GBP	NGN	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em Banco Central	162,406,908	31,625,074	531,296	1,060,114	-	-	195,623,392
Depósitos sobre instituições de crédito	759,530	33,422,384	213,004	1,113,760	189,618	(572,557)	35,125,738
Aplicações em instituições de crédito	83,325,281	392,483,000	-	-	-	-	475,808,281
Activos financeiros disponíveis para venda	2,682,287	-	-	-	-	-	2,682,287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35,039,427	-	-	-	-	-	35,039,427
Activos financeiros detidos até a maturidade	2,309,729,381	-	-	-	-	-	2,309,729,381
Outros activos	43,999,373	-	-	-	-	-	43,999,373
Total do activo	2,637,942,186	457,530,458	744,300	2,173,874	189,618	(572,557)	3,098,007,879
Passivos							
Depósitos e contas correntes	1,223,347,659	108,514,908	598,072	677,115	-	-	1,333,137,754
Recursos de instituições de crédito	-	348,218,000	-	-	-	-	348,218,000
Outros passivos	16,925,584	-	-	-	-	-	16,925,584
Total do passivo	1,240,273,243	456,732,908	598,072	677,115	-	-	1,698,281,338
Exposição líquida	1,397,668,943	797,550	146,228	1,496,759	189,618	(572,557)	1,399,726,541

2016 Reexpresso	MZN	USD	ZAR	EUR	GBP	NGN	Total
Activos							
Caixa e disponibilidades em Banco Central	145,066,415	114,919,163	1,966,882	1,225,449	-	-	263,177,909
Depósitos sobre instituições de crédito	10,021,438	146,556,218	296,689	1,234,132	409,556	1,495,250	160,013,283
Aplicações em instituições de crédito	-	505,652,682	-	-	-	-	505,652,682
Activos financeiros disponíveis para venda	2,682,287	-	-	-	-	-	2,682,287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	37,672,068	-	-	-	-	-	37,672,068
Activos financeiros detidos até a maturidade	185,242,464	-	-	-	-	-	185,242,464
Outros activos	21,519,293	-	-	-	-	-	21,519,293
Total activo	402,203,965	767,128,063	2,263,571	2,459,581	409,556	1,495,250	1,175,959,986
Passivos							
Depósitos e contas correntes	249,151,433	732,691,561	1,249,572	22,011	-	-	983,114,578
Outros passivos	24,002,530	-	-	-	-	-	24,002,530
Total do passivo	273,153,963	732,691,561	1,249,572	22,011	-	-	1,007,117,107
Exposição líquida	129,050,001	34,436,502	1,013,999	2,437,570	409,556	1,495,250	168,842,879
Exposição líquida	1,397,668,943	797,550	146,228	1,496,759	189,618	(572,557)	1,399,726,541

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 9%.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	2017	2016
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social	1,744,712,000	515,437,000
Prémios de emissão	571,653,523	571,653,523
Reservas e resultados transitados	(892,020,547)	(897,157,179)
Activos intangíveis	(3,322,642)	(4,651,872)
Fundos próprios de base (Tier I)	1,421,022,334	185,281,472
Fundos próprios complementares (Tier II)		
Outros	-	-
Fundos próprios complementares (Tier II)	-	-
Fundos próprios de base e complementares (Tier I e Tier II)	1,421,022,334	185,281,472
Activos ponderados pelo risco		
Na posição financeira	577,719,458	1,067,858,000
Elementos extra-patrimoniais	-	-
Risco operacional e mercado	54,069,397	122,159,000
Total de activos ponderados pelo risco	631,788,856	1,190,017,000
R rácios prudenciais		
Tier I	224.92%	15.57%
Tier II	-	-
R rácio de solvabilidade	224.92%	15.57%
R rácio de solvabilidade requerido	9%	8%

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

31. Acontecimentos após a data de balanço

Não existem outros eventos subsequentes materiais após a data do Balanço que possam influenciar a leitura e interpretação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

Técnico de Contas

O Conselho de Administração

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Código de contas	ACTIVO	ANO			ANO ANTERIOR	Código de contas	PASSIVO	ANO	ANO ANTERIOR
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido					
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	195,623		195,623	263,178	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	35,126		35,126	160,013	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação		
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociacao			-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados		
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados			-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	348,218	-
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponíveis para Venda.	2,682		2,682	2,682	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empres- timos	1,333,138	983,115
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicacoes em Instituicoes de Crédito	475,808		475,808	505,653	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos	-	-
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+34000+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	221,278	186,239	35,039	37,672	44	Derivados de Cobertura	-	-
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	2,309,729		2,309,729	185,242	45	Passivos nao correntes detidos para Venda e operacoes descontinuadas	-	-
21	Derivados de Cobertura	-		-	-	47	Provisoes	-	-
25-3580	Activos nao correntes detidos para Venda	-		-	-	490	Passivos por Impostos correntes	-	-
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-		-	-	491	Passivos por impostos diferidos	-	-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangiveis	86,349	65,053	21,296	16,439	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	-	-
29-3583-361	Activos Intangiveis	13,930	10,608	3,323	4,652	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1)(2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	16,926	24,003
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendi- mentos conjuntos	-		-	-				
300	Activos por Impostos correntes	-		-	-	55	Capital	1,744,712	515,437
301	Activos por Impostos diferidos	-		-	-	602	Premios de Emissao	571,654	571,654
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	43,999		43,999	21,519	57	Outros Instrumentos de Capital	-	-
						-56	Accoes Proprias		
						58+59	Reservas de Reavaliacao	-	-
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	(897,274)	(639,283)
						64	Resultado do Exercicio	5,253	(257,874)
						-63	(Dividendos antecipados)		
TOTAL DO ACTIVO		3,384,526	261,900	3,122,626	1,197,050	TOTAL DO PASSIVO		3,122,626	1,197,050

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(milhares de meticals)

Código de contas	DEBITO	ANO	ANO ANTERIOR
79+80	Juros e Rendimentos Similares	309,011	173,198
66+67	Juros e Encargos Similares	145,737	45,635
	Margem Financeira	163,274	127,564
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-
81	Rendimentos com servicoes e Comissoes	13,750	16,691
68	Encargos com Servicoes e Comissoes	15,102	23,531
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resul- tados	-	-
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	-	-
-690+830	Resultados de Reavaliacao Cambial	16,888	60,102
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienacao de Outros Activos	-	-
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploracao	17,015	4,641
	Produto Bancario	195,825	185,467
70	Custo com Pessoal	102,909	84,519
71	Gastos Gerais Administrativos	78,390	81,239
77	Amortizacao do Exercicio	9,273	11,476
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisoes Liquidadas de Reposicoes e Anulacoes	-	(425)
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidados de Reversoes e Recuperacoes	-	266,532
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquida de reversoes e Recuperacoes	-	-
	Resultado Antes de Impostos	5,253	(257,874)
65	Impostos Correntes	-	-
74-86	Impostos Diferidos	-	-
640	Resultados após Impostos	5,253	(257,874)
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	-	-
TOTAL		5,253	(257,874)

O MELHOR BANCO
DIGITAL DE ÁFRICA



Africa's Global Bank



BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2018 - CONTAS INDIVIDUAIS

Código de contas	ACTIVO	ANO			Dezembro 2017	Código de contas	PASSIVO	Junho 2018	Dezembro 2017
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido					
10+3300 11+3301 153 (1)+158 (1)+16 153 (1)+158 (1)+17 154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais 2. Disponibilidades em outras instituições de crédito 3. Activos financeiros detidos para negociação 4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados 5. Activos financeiros disponíveis para venda.	449,901 49,988 - - 2,682	- - - - -	449,901 49,988 - - 2,682	195,623 35,126 - - 2,682	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1) 43 (1) 43 (1) 39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1) 40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Bancos Centrais Passivos financeiros detidos para negociação Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados Recursos de outras instituições de créditos Recursos de clientes e outros empréstimos	- - - 68,773 2,391,731	- - - 348,218 1,333,138
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicações em Instituições de Crédito	784,964	-	784,964	475,808	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por títulos	-	-
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+34000+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	121,938	82,126	39,812	35,039	44	Derivados de cobertura	-	-
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	2,537,079	-	-	2,309,729	45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
21	Derivados de cobertura	-	-	-	-	47	Provisões	-	-
25-3580	Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	490	Passivos por impostos correntes	-	-
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-	-	491	Passivos por impostos diferidos	-	-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangíveis	91,689	69,133	22,556	21,296	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos subordinados	-	-
29-3583-361	Activos Intangíveis	13,930	11,392	2,538	3,323	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1)(2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros passivos	142,642	16,926
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	55	Capital	1,744,712	1,744,712
300	Activos por impostos correntes	33,791	-	33,791	-	602	Prémios de Emissão	571,654	571,654
301	Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	57	Outros instrumentos de capital	-	-
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	149,470	-	149,470	43,999	-56 58+59 60-602+61 64 -63	Acções Próprias Reservas de Reavaliação Outras reservas e resultados transitados Resultado do Exercício (Dividendos antecipados)	- - (892,021) 45,291	- - (897,274) 5,253
TOTAL DO ACTIVO		4,235,433	162,651		3,122,626	TOTAL DO PASSIVO		4,072,782	3,122,626

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores em milhares de meticals)

Código de contas		Junho 2018	Junho 2017
79+80	Juros e rendimentos similares	329,787	62,715
66+67	Juros e encargos similares	164,981	42,433
	Margem financeira	164,806	20,282
82	Rendimentos de instrumentos de capital	-	-
81	Rendimentos com serviços e comissões	5,431	8,444
68	Encargos com serviços e comissões	10,548	8,278
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-
-694+834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-
-690+830	Resultados de reavaliação cambial	2,321	11,589
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	-	-
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros resultados de exploração	(13,050)	1,055
	Produto bancário	148,960	33,092
70	Custo com pessoal	61,450	42,872
71	Gastos gerais administrativos	37,340	45,112
77	Amortizações do exercício	4,865	4,782
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	-	-
760+7610+7618+7620+76210+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de outros activos financeiros líquidos de reversões e recuperações	(19)	(3,694)
768+769 (1)-877-878	Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	-	-
	Resultado antes de impostos	45,324	(55,981)
65	Impostos correntes	33	33
74-86	Impostos diferidos	-	-
	Resultados após impostos	45,291	(56,014)
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	(3)	(3)
TOTAL		45,291	(56,014)

(1) Parte aplicável do Saldo destas Rubricas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 - CONTAS INDIVIDUAIS

(Valores em milhares de meticals)

	Junho 2018	Junho 2017
Actividades operacionais		
Resultado antes de impostos	45,291	(56,014)
Ajustamento de itens não monetários:		
Amortizações	4,865	4,782
Perdas por imparidade de crédito	(19)	(3,694)
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais		
Aplicações em instituições de crédito	(648,103)	317,611
Depósitos em bancos centrais	(264,628)	7,391
Créditos e adiantamentos a clientes	(9,432)	(65,580)
Outros activos operacionais	(9,287)	(161,100)
Activos financeiros detidos até a maturidade	(2,013,641)	(523,438)
(Aumentos)/(diminuições) dos passivos operacionais		
Recursos de outras instituições de crédito	(143,512)	212,285
Recursos de clientes	1,561,357	202,041
Impostos pagos sobre lucros	(30,146)	(1,889)
Outros passivos	46,193	40,487
Caixa líquida de / (para) actividades operacionais	(1,461,063)	(271,191)
Actividades de investimento		
Compra de activos tangíveis	(9,980)	(9,218)
Compra de activos intangíveis	(449)	(425)
Caixa líquida de actividades de investimento	(10,429)	(9,642)
Actividades de financiamento		
Aumento de capital	1,229,275	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	1,229,275	-
Total dos fundos utilizados	(242,217)	(36,761)
Caixa e equivalentes no início do período	388,281	372,393
Caixa e equivalentes no fim do período	146,064	335,631

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 - CONTAS INDIVIDUAIS

(Valores em milhares de meticals)

	Atribuído aos proprietários do capital					
	Capital Social	Prémio de emissão	Outros instrumentos de capital	Outras reservas	Resultados acumulados	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2017	515,437	571,654	-	-	-897,274	189,817
Reserva para aumento de capital	1,229,275	-	-	-	-	1,229,275
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	5,253	5,253
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	1,744,712	571,654	-	-	-892,021	1,424,345
Saldos em 1 de Janeiro de 2018	1,744,712	571,654	-	-	-892,021	1,424,345
Reserva para aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	45,291	45,291
Saldos em 30 de Junho de 2018	1,744,712	571,654	-	-	-846,730	1,469,636